UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA PAULISTA DE POLÍTICA, ECONOMIA E NEGÓCIOS

FELIPE SILVA REIS

e49209
https://doi.org/10.63026/acertte.v4i9.209

A CRISE ECONÔMICA BRASILEIRA DE 2014 PELA ÓTICA CEPALINA

Uma aproximação histórico-estruturalista

OSASCO
2023

FELIPE SILVA REIS

A CRISE ECONÔMICA BRASILEIRA DE 2014 PELA ÓTICA CEPALINA

Uma aproximação histórico-estruturalista

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal de São Paulo como requisito final para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Dr. Daniel Augusto Feldmann

Osasco

2023

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Unifesp Osasco, CRB-8: 3998,
e Departamento de Tecnologia da Informação Unifesp Osasco,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

R375c REIS , Felipe Silva

A crise econômica brasileira de 2014 pela ótica cepalina: uma aproximação histórico-estruturalista / Felipe Silva Reis . - 2023.

55 f. :il.

Trabalho de conclusão de curso (Ciências Econômicas) - Universidade Federal de São Paulo - Escola Paulista de Política, Economia e Negócios, Osasco, 2023.

Orientador: Daniel Augusto Feldmann .

1. CEPAL . 2. Crise brasileira de 2014 . 3. Método histórico- estruturalista. I. Feldmann , Daniel Augusto , II. TCC - Unifesp/EPPEN. III. Título.

CDD: 330

FELIPE SILVA REIS

A CRISE ECONÔMICA BRASILEIRA DE 2014 PELA ÓTICA CEPALINA

Uma aproximação histórico-estruturalista

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal de São Paulo como requisito final para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Dr. Daniel Augusto Feldmann

São Paulo, 11 de dezembro de 2023

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Daniel Augusto Feldmann
Universidade Federal de São Paulo

Prof. Dr. Julio Cesar Zorzenon Costa
Universidade Federal de São Paulo

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, expresso meus sinceros agradecimentos à minha família, que forneceu o suporte necessário para a realização do curso, incentivando-me e auxiliando-me nos momentos de dificuldade. Em especial, agradeço ao meu filho, Álvaro, por ser meu companheiro ao longo desses anos, pela alegria que proporcionou com sua presença e pela paciência nos momentos em que precisei distribuir minha atenção. À minha mãe, Vanuza, agradeço por estar sempre ao meu lado, independentemente das circunstâncias, e por incentivar e acreditar em mim. A meu pai, Frederico, sou grato pela ajuda constante, incentivo e orientações durante esta trajetória. A meu irmão, Samuel, agradeço pelas conversas, sérias ou descontraídas, fundamentais para alcançar este momento.

Igualmente, expresso minha gratidão à EPPEN/Unifesp pela estrutura oferecida e a todos os funcionários da universidade, desde aqueles responsáveis pela alimentação até os colaboradores da Biblioteca, sempre solícitos e de bom humor quando necessitei de auxílio. Agradeço também a toda a estrutura docente da EPPEN/Unifesp, especialmente aos professores do Departamento de Economia, que foram essenciais para minha formação e despertar o interesse no universo da economia.

Por fim, dirijo um agradecimento especial ao Prof. Dr. Daniel Augusto Feldmann, que me orientou durante a elaboração desta monografia. Suas ideias, sugestões e contribuições foram cruciais para a concretização deste trabalho. A ele, meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

Historicamente, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) dedica-se ao estudo e à formulação de políticas para o desenvolvimento econômico e social da região latino-americana. O estudo em questão objetiva analisar como a crise brasileira de 2014 pode ser interpretada sob a ótica do pensamento cepalino. Inicialmente, identifica-se o método histórico-estruturalista latino-americano, focado na relação centro-periferia, e examinam-se os três planos analíticos derivados desse método: o problema da inserção internacional periférica, os obstáculos dos condicionantes estruturais internos ao crescimento e o papel do planejamento estatal no desenvolvimento. Posteriormente, apresentam-se os resultados da pesquisa sobre a crise econômica brasileira de 2014, enfatizando o contexto histórico em que se inseriu e destacando o panorama econômico nacional e internacional das primeiras duas décadas do século XXI. Por fim, demonstra-se um estudo que articula os planos analíticos cepalinos à crise de 2014, através de um levantamento bibliográfico de trabalhos que abordaram a crise e da verificação da relação desta com as dificuldades apontadas pelo método histórico-estruturalista. Conclui-se que o pensamento cepalino oferece insights importantes para entender as mudanças e permanências estruturais nas quais a crise se inseriu. Contudo, observa-se a emergência de novos elementos, como a globalização financeira e o rearranjo das cadeias globais de valor, que modificam a dinâmica de elementos-chave do pensamento cepalino na compreensão da relação centro-periferia, realçando as novas formas de vulnerabilidade externa.

Palavras-chave: CEPAL; crise brasileira de 2014; método histórico-estruturalista.

ABSTRACT

Historically, the Economic Commission for Latin America and the Caribbean (ECLAC) has been dedicated to studying and formulating policies for the economic and social development of the Latin American region. The study in question aims to analyze how the 2014 Brazilian crisis can be interpreted from the perspective of ECLAC thought. Initially, the Latin American historical-structuralist method is identified, focused on the center-periphery relationship, and the three analytical plans derived from this method are examined: the problem of peripheral international insertion, the obstacles of internal structural constraints to growth and the role of state planning in development. Subsequently, the results of the research on the 2014 Brazilian economic crisis are presented, emphasizing the historical context in which it occurred and highlighting the national and international economic panorama of the first two decades of the 21st century. Finally, a study is demonstrated that articulates ECLAC's analytical plans to the 2014 crisis, through a bibliographic survey of works that addressed the crisis and verification of its relationship with the difficulties highlighted by the historical-structuralist method. It is concluded that ECLAC's thinking offers important insights to understand the structural changes and permanence in which the crisis was inserted. However, we can observe the emergence of new elements, such as financial globalization and the rearrangement of global value chains, which modify the dynamics of key elements of ECLAC thought in understanding the center-periphery relationship, highlighting new forms of external vulnerability .

Keywords: CEPAL; 2014 brazilian crisis; historical-structuralist method.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....9

1.1 Problema de Pesquisa.....10

1.2 Objetivos.....11

1.2.1 Objetivo Geral.....11

1.2.2 Objetivos Específicos.....11

1.3 Justificativa.....11

1.4 Metodologia.....12

2 A ANÁLISE CEPALINA.....14

2.1 O Problema da Inserção Internacional.....16

2.2 Os Condicionantes Estruturais Internos do Crescimento.....18

2.3 O Planejamento Estatal …….....20

3 A CRISE BRASILEIRA DE 2014.....22

3.1 O Contexto da Crise.....23

3.2 As Políticas Econômicas do Primeiro Governo Dilma.....25

3.3 A Crise Econômica e suas Consequências.....29

4 OS PLANOS ANALÍTICOS CEPALINOS E A CRISE BRASILEIRA DE 2014.....36

4.1 Inserção Internacional, Vulnerabilidade Externa e a Crise de 2014.....37

4.1.1 O Contexto Internacional.....37

4.1.2 Financeirização e Vulnerabilidade Externa.....39

4.2 Condicionantes Estruturais Internos do Crescimento e a Crise de 2014.....43

4.2.1 A Tendência ao Desequilíbrio Estrutural do Balanço de Pagamentos.....43

4.2.2 Inflação de Origem Estrutural.....44

4.2.3 Desemprego Estrutural.....46

4.3 O Planejamento Estatal e a Crise de 2014.....48

5 CONCLUSÃO.....50

6 REFERÊNCIAS.....52

1 INTRODUÇÃO

Criada em 1948, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), vinculada à Organização das Nações Unidas, tem como propósito a integração e o desenvolvimento econômico regional. Historicamente, desenvolveu-se como instituição voltada para o estudo e proposição de políticas que visam superar os condicionantes histórico-estruturais do desenvolvimento econômico e social latino-americano e caribenho.

A CEPAL, ao longo de sua trajetória, apresentou, por meio de seus autores, diferentes abordagens analíticas em relação ao seu principal tema: a condição periférica da América Latina e o problema do subdesenvolvimento. Personalidades como Raul Prebisch e Celso Furtado, juntamente com Octavio Rodriguez e Ricardo Bielschowsky, contribuíram para a formulação de uma abordagem analítica mais geral do processo investigativo da CEPAL, conhecida como enfoque histórico-estruturalista. Este enfoque foca na condição periférica específica dos países latino-americanos no contexto do desenvolvimento global.

As ideias cepalinas oferecem contribuições significativas para o entendimento da evolução do desenvolvimento econômico e social da América Latina. Elas enfocam, especialmente, as diferenças históricas e estruturais entre o processo de industrialização dos países latino-americanos e dos países centrais, a inserção internacional dos países periféricos, os condicionantes internos do crescimento econômico e o papel do Estado na superação de entraves ao desenvolvimento.

Neste contexto, a economia brasileira, pela sua complexidade e impacto na região, é um objeto de estudo relevante para a CEPAL. A obra "Formação Econômica do Brasil", de Celso Furtado, publicada em 1959, é um marco no pensamento cepalino, analisando detalhadamente o desenvolvimento econômico brasileiro desde a colonização até meados do século XX. Furtado explora como as estruturas da economia brasileira, baseadas na economia primário-exportadora, concentração de renda, baixa produtividade, precariedade do trabalho e desigualdade econômica e social, foram formadas ao longo de três séculos e meio.

A obra de Furtado e os subsequentes estudos cepalinos sobre a história econômica brasileira, incluindo trabalhos de Maria Conceição Tavares[1], Luiz Gonzaga

[1] Cf. TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira**. Rio de Janeiro (RJ): Zahar, 1972. 263 p.

Belluzzo[2] e Ricardo Bielschowsky[3], destacam-se na literatura. Ao longo de seus 75 anos, a CEPAL teve momentos de prestígio, em linha com as teorias do desenvolvimento econômico das décadas de 1950 a 1970, e períodos de menor relevância, especialmente com a transição para o paradigma neoliberal a partir dos anos 1970.

Contudo, a abordagem cepalina se reinventa com as transformações históricas, caracterizando-se pela sua natureza tipicamente indutiva, que busca compreender os fenômenos econômicos e sociais em seus contextos específicos. A crise brasileira de 2014, com suas múltiplas dimensões econômicas, políticas e sociais, apresentou novos desafios para a compreensão da economia brasileira, especialmente em relação à sua inserção nas economias centrais, o papel no comércio internacional, a manutenção de um crescimento sustentável e sua relação com o Estado.

Esta monografia está estruturada em três capítulos e conclusões finais, além desta introdução. O primeiro capítulo explora o pensamento cepalino e sua produção bibliográfica, buscando identificar uma abordagem analítica mais geral. O segundo capítulo analisa a crise brasileira de 2014, descrevendo seus principais fatores e consequências, contextualizando-os no cenário desenvolvimentista do governo Dilma I e nas condições internacionais pós-crise de 2008. O terceiro capítulo aplica o método histórico-estruturalista cepalino para interpretar a crise de 2014 em relação aos três planos analíticos identificados no primeiro capítulo. Por fim, as conclusões finais apresentam as reflexões do autor sobre os resultados da pesquisa, destacam as dificuldades enfrentadas e sugerem novas questões sobre o tema.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

O problema de pesquisa desta monografia centra-se na análise da crise econômica brasileira de 2014 sob a ótica da perspectiva cepalina. Busca-se entender como essa crise, em suas múltiplas dimensões e implicações, pode ser interpretada e explicada através dos conceitos e abordagens desenvolvidos pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). O objetivo principal é

---

[2] Cf. BELLUZZO, Luiz Gonzaga. **Depois da queda: a economia brasileira da crise da dívida aos impasses do Real**. Rio de Janeiro (RJ): Civilização Brasileira, 2002. 412 p.
[3] Cf. BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 5. ed. Rio de Janeiro (RJ): Contraponto, 2012. 480 p.

responder à seguinte questão de pesquisa: "De que maneira a crise econômica brasileira de 2014 pode ser compreendida sob a perspectiva cepalina?"

1.2 OBJETIVOS

Os objetivos desta pesquisa estão divididos em objetivo geral e objetivos específicos.

1.2.1 Objetivo geral

O objetivo geral da pesquisa consiste em verificar a forma em que, a partir de uma perspectiva cepalina, a crise econômica brasileira de 2014 pode ser compreendida.

1.2.2 Objetivos específicos

a) Identificar uma forma analítica própria no corpo do pensamento econômico da CEPAL;
b) Estudar a crise econômica brasileira de 2014 buscando caracterizar seus fatores e consequências;
c) Realizar uma leitura dos componentes da crise de 2014, bem como do período que a precedeu, em torno do problema da inserção internacional; dos condicionantes estruturais internos do crescimento e do planejamento estatal.

1.3 JUSTIFICATIVA

A contribuição do pensamento cepalino para compreender o subdesenvolvimento do Brasil é de grande importância para o entendimento do processo de desenvolvimento econômico brasileiro. Apesar de terem passado 60 anos desde o auge da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) na história do pensamento econômico, os problemas centrais identificados por sua análise ainda persistem. Assim, o Brasil continua enfrentando o problema da inserção internacional e da vulnerabilidade externa, bem como se depara com dificuldades de crescimento, desemprego e instabilidade inflacionária. Além disso, o papel do Estado, apesar das opiniões adversas à sua atuação na economia, continua

sendo essencial para se pensar a possibilidade de superação desses problemas no Brasil.

Pensar sobre a crise econômica brasileira de 2014 é também refletir sobre as características estruturais que tornam o país vulnerável aos ciclos econômicos externos e sobre o que o torna impotente diante da necessidade de crescimento econômico com garantia de emprego e relativa estabilidade de preços. Adicionalmente, é considerar as possibilidades de atuação do Estado na transformação dos determinantes estruturais econômicos que condicionam o país a essa posição. Nesse ponto, a CEPAL, segundo Bielschowsky (2000, p. 16), especializou-se ao longo de sua existência como um corpo analítico que oferece uma "referência abstrato-teórica própria, a teoria estruturalista do subdesenvolvimento periférico latino-americano", tratando extensivamente do problema do desenvolvimento latino-americano, incluindo os problemas apresentados acima sobre o processo de desenvolvimento brasileiro.

Além disso, é fundamental compreender o processo ocorrido na crise econômica de 2014, devido à sua profunda repercussão econômica, política e social na história brasileira recente. No entanto, apesar de haver inúmeras análises e estudos sobre o processo da crise, oriundos de variadas escolas do pensamento econômico, há poucos esforços para compreender especificamente a crise e suas consequências utilizando a perspectiva cepalina. Dada a relevância do pensamento cepalino, que abordou profundamente a questão do desenvolvimento econômico dos países latino-americanos, e a importância da magnitude dos efeitos da crise econômica brasileira de 2014, esta pesquisa faz-se necessária para entender quais e como os determinantes histórico-estruturais da nossa economia se fizeram sentir no processo que resultou na grande recessão brasileira.

1.4 METODOLOGIA

Esta pesquisa será conduzida principalmente por meio de uma revisão bibliográfica da produção cepalina, com foco especial na produção institucional da CEPAL que aborda aspectos recentes da economia brasileira. Segundo Bielschowsky (2000, p. 20), a forma analítica cepalina, ao tratar do problema do desenvolvimento, concentra-se sobretudo nos processos de médio e longo prazo das economias latino-americanas. Portanto, as duas primeiras décadas do século XXI foram delimitadas

como período de interesse para a busca bibliográfica. Além disso, a pesquisa bibliográfica também se voltará para a reconstituição histórica do pensamento cepalino, buscando identificar sua forma analítica mais geral ao longo da história da instituição.

Para o estudo da crise brasileira de 2014 e o levantamento dos estudos de caso da CEPAL, será realizada uma revisão bibliográfica de artigos, livros e outras produções científicas, com destaque para aquelas que abordam de maneira ampla as causas e consequências da crise. Será também realizada a busca de variáveis econômicas de interesse nas bases de dados de instituições como o IBGE, Bacen, IPEA, entre outras.

Com base nos estudos obtidos por meio da pesquisa bibliográfica, na identificação de uma forma analítica própria da CEPAL e na reconstrução do processo da crise brasileira de 2014, a análise da crise será realizada utilizando os três planos analíticos cepalinos. Através do levantamento dos trabalhos que trataram direta ou indiretamente do tema, pretende-se obter os elementos necessários para investigar sob qual forma a crise brasileira de 2014 pode ser compreendida através da perspectiva cepalina.

Cabe esclarecer a decisão de se utilizar o termo "cepalino", em vez de "estruturalista" ou "neo-estruturalista", como orientação metodológica deste trabalho. Tal escolha visa definir melhor a amplitude da pesquisa. Embora os termos estruturalismo e neo-estruturalismo estejam vinculados à CEPAL, eles não se restringem exclusivamente a ela, podendo abranger outras formas analíticas descentralizadas. O termo "cepalino", apesar da heterogeneidade das abordagens cepalinas, está mais diretamente associado às produções relacionadas à instituição.

2. A ANÁLISE CEPALINA

Este capítulo tem como objetivo identificar, por meio da revisão da produção bibliográfica cepalina, os principais elementos da análise da CEPAL. Procura-se reconhecer, dentro do corpo de pensamento cepalino, as linhas mestras que orientaram e continuam a orientar o pensamento da CEPAL frente aos problemas econômicos da América Latina.

Bielschowsky (2000, p. 16) destaca a forma própria do pensamento cepalino, identificando-o como "[...] um corpo analítico específico, aplicável a condições históricas próprias da periferia latino-americana." Assim, a análise cepalina se orienta pelo método histórico e indutivo, através da reconstrução histórica dos processos econômicos e sociais, e na hipótese de que os eventos concretos devem guiar a construção teórica de um sistema de pensamento capaz de compreender os fenômenos econômicos latino-americanos. Bielschowsky reconhece esta forma analítica como o método histórico-estruturalista latino-americano.

Ademais, como instituição voltada para a proposição de políticas econômicas, a CEPAL enfoca o papel do Estado como agente principal na promoção do desenvolvimento econômico dos países latino-americanos, considerando suas características próprias. Segundo Bielschowsky (2000, p. 16), a CEPAL se apresenta como um sistema de economia política baseado no princípio normativo em que "[...] A ideia da necessidade da contribuição do Estado ao ordenamento do desenvolvimento econômico nas condições da periferia latino-americana. Trata-se, em resumo, do paradigma desenvolvimentista latino-americano."

Ao caracterizar o pensamento cepalino como o "paradigma desenvolvimentista latino-americano", Bielschowsky faz um paralelo entre o pensamento cepalino e as teorias de desenvolvimento econômico do século XX. Central para a teoria do desenvolvimento econômico é a identificação da dualidade de setores de alta e baixa produtividade e a prevalência do maior cooptação dos fatores produtivos em setores de baixa produtividade nas economias subdesenvolvidas. Esta dualidade resultaria na heterogeneidade estrutural das economias desses países, implicando em menores níveis de renda *per capita*. Bastos e Britto (2010, p. 15) argumentam que a mudança estrutural, promovida por políticas que aumentem a produtividade e a renda *per capita* dessas economias, representaria a superação da condição de subdesenvolvimento.

Posteriormente, será analisado como os planos analíticos do pensamento cepalino, enquanto hipóteses do enfoque histórico-estruturalista, incorporam elementos da teoria do desenvolvimento econômico, enfatizando as diferenças das estruturas produtivas entre países latino-americanos e países centrais da economia global, e reconhecendo a dualidade estrutural interna entre os setores produtivos das economias periféricas.

A sistematização do pensamento cepalino, apesar de sua diversidade, pode ser realizada a partir da constatação da permanência de aspectos metodológicos ao longo dos decênios da instituição. Esses aspectos ou enfoques são apresentados não como princípios universais típicos dos sistemas lógico-dedutivos da teoria econômica tradicional, questionados por Prebisch (2000, p. 72) quanto à sua validade no estudo da economia dos países periféricos. Pelo contrário, o enfoque analítico cepalino realizou-se, segundo Colistete (2001, p. 22-23), enquanto "[...] uma teoria não-formal, na qual a elaboração de hipóteses, conceitos e implicações foi conduzida paralelamente à descrição de aspectos da realidade econômica da América Latina."

Conforme Bielschowsky (2000, p. 21), através da investigação histórica do processo de desenvolvimento econômico latino-americano e da constatação da existência de estruturas subdesenvolvidas que condicionaram as etapas posteriores deste processo, a análise histórico-estruturalista cepalina concentra-se na relação entre as distintas "estruturas econômicas" dos países periféricos latino-americanos e dos países centrais. Por um lado, as estruturas produtivas dos países periféricos seriam baseadas no crescimento econômico impulsionado principalmente pela exportação de bens primários; por outro, as economias centrais desenvolveriam-se por meio da produção e exportação de bens industrializados.

Bielschowsky (2000, p. 23) explica que o enfoque histórico-estruturalista cepalino propõe que o processo de industrialização realizado pelos países latino-americanos assentou-se sobre estruturas produtivas subdesenvolvidas, resultando em um modo específico de desenvolvimento. A perspectiva cepalina afirma que esse processo culminou em problemas estruturais na economia desses países, criando condições assimétricas de inserção internacional e vulnerabilidade externa; gerando desequilíbrios nos condicionantes estruturais internos relacionados ao balanço de pagamentos, a inflação e ao emprego; e suscitando a necessidade de ação estatal planejada para resolver essa condição.

O estudo da CEPAL sobre os problemas estruturais desse modo específico de desenvolvimento resultou na formulação histórico-estruturalista cepalina, iniciada por Prebisch, que consiste em três planos analíticos abordando os problemas estruturais mencionados acima, os quais serão tratados a seguir.

2.1 O PROBLEMA DA INSERÇÃO INTERNACIONAL

Prebisch, em 1949, iniciou o pensamento cepalino com seu trabalho *"O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas*", no qual abordou as dificuldades significativas para o desenvolvimento econômico das economias latino-americanas. Uma das suas principais observações sobre a situação econômica da América Latina foi a constatação da condição "periférica" destes países em relação aos países centrais, uma relação que destaca a distribuição desigual dos benefícios do progresso técnico em escala global, favorável aos países centrais. Bielschowsky (2000, p. 27) explica que a tese da "condição periférica" de Prebisch surgiu de seu estudo sobre as condições econômicas enfrentadas pelos países latino-americanos durante a década de 1930, que demonstraram suas vulnerabilidades perante choques externos.

Bielschowsky (2000, p. 28) detalha a tese da deterioração dos termos de troca proposta por Prebisch, observada no comércio entre países historicamente produtores de bens primários, fortemente dependentes da exportação de produtos agrícolas (economias periféricas), e as economias com estruturas produtivas industriais e de alta tecnologia (economias "centrais"). A análise desta relação levou à crítica de Prebisch (2000, p. 72) sobre o pressuposto da teoria das vantagens comparativas. Essa teoria sustenta que os países teriam ganhos globais maiores ao se especializar na produção de bens em que possuem maior produtividade relativa, promovendo a convergência dos termos de troca. No entanto, Prebisch observou uma tendência histórica à queda nos termos de troca entre os países periféricos e centrais, desfavorável aos produtos industrializados. Como esclarece Bielschowsky:

> Ao contrário do que prometia a teoria das vantagens comparativas, durante o século XX a maior lentidão no progresso técnico dos produtos primários em relação aos industriais não estava motivando o encarecimento dos primeiros com relação aos últimos. (Bielschowsky, 2000, pg. 28).

Para elucidar esse problema, Prebisch apresentou sua tese histórico-estruturalista sobre a tendência de deterioração dos termos de troca, concentrando-se na ideia das vantagens comparativas dinâmicas da produção industrial. Vinculando-a aos ciclos econômicos de alta e baixa demanda global, ele explicou que, nos países centrais, existia uma estrutura produtiva concentrada e organizações trabalhistas que evitavam uma queda nominal dos salários durante os ciclos de baixa, impedindo, assim, a redução dos preços dos bens industrializados. Esta dinâmica não se aplicava aos países periféricos subdesenvolvidos, exportadores de produtos primários, onde o excesso de mão-de-obra e a baixa organização dos trabalhadores agrícolas não proporcionavam a rigidez necessária para manter os preços diante de uma queda na demanda global (Bielschowsky, 2000, p. 28).

Prebisch argumentou ainda que a industrialização seria um meio de superar essa disparidade entre as estruturas produtivas periféricas e centrais, justificando o protecionismo nesse contexto. Mesmo com o início do processo de industrialização, enquanto as economias latino-americanas mantivessem a condição de exportadoras de bens primários, enfrentariam um longo período de vulnerabilidade externa. Isso se deve ao fato de serem exportadoras de bens primários, com demanda inelástica nos países centrais, e importadoras de bens industriais, com alta elasticidade de demanda nos países periféricos, levando ao estrangulamento do balanço de pagamentos e à insuficiência crônica de divisas (Prebisch apud Bielschowsky, 2000, p. 29).

Além disso, o estrangulamento do balanço de pagamentos incentivaria o processo de substituição de importações (PSI), inicialmente agravando a escassez de divisas devido à ampliação das importações de bens de capital e ao aumento das importações decorrentes do crescimento da renda. O PSI começaria pelos setores industriais menos complexos, evoluindo progressivamente para os mais complexos (Bielschowsky, 2000, p. 29).

Ao longo das décadas, os autores da CEPAL expandiram a tese inicial de Prebisch sobre o problema da inserção internacional das economias latino-americanas. É crucial destacar a dificuldade apontada por Prebisch relacionada à falta de divisas e sua conexão com a crise de endividamento externo enfrentada pelas maiores economias latino-americanas na década de 1980.

Por fim, torna-se relevante refletir sobre a persistência dessa hipótese e suas implicações nos períodos mais recentes da economia da América Latina,

especialmente em relação à economia brasileira nos últimos anos e, dentro do escopo deste trabalho, suas implicações para a crise brasileira de 2014.

2.2 OS CONDICIONANTES ESTRUTURAIS INTERNOS DO CRESCIMENTO

Tal como no caso do problema da inserção internacional, os autores cepalinos adotaram a metodologia de identificar contrastes entre as estruturas produtivas das economias periféricas e das economias centrais para investigar os entraves ao desenvolvimento das economias latino-americanas. A difusão do progresso técnico, resultante do processo de industrialização, enfrentaria obstáculos devido à estrutura de produção subdesenvolvida anterior, criando desafios para a efetivação desse processo (Bielschowsky, 2000, p. 32).

Essa problemática foi descrita como o problema dos dois hiatos, que, segundo Bielschowsky (2000, p. 32), refere-se, inicialmente, à herança de "[...] uma base econômica especializada em poucas atividades de exportação, com baixo grau de diversificação e com complementaridade intersetorial e integração vertical extremamente reduzidas". Esta condição seria a raiz da escassez de divisas nas economias periféricas, o primeiro dos hiatos. Na estrutura especializada, o aumento das importações promovido pelo processo de industrialização encontraria limitações devido à estrutura produtiva concentrada na produção de poucos bens primários, com demanda internacional rígida. Tal condição restringiria a entrada de divisas necessárias para a importação dos bens de capital essenciais à industrialização, enquanto a disponibilidade de financiamento externo também seria limitada. Prebisch apontou as dificuldades decorrentes do financiamento externo, especialmente porque o pagamento do serviço da dívida dependia, em última instância, de um excedente das exportações sobre as importações, com uma queda brusca nas exportações devido a choques internacionais agravando essa condição (Prebisch, 2000, p. 75).

Paralelamente, surgiria um segundo problema relacionado à geração de poupança, característico da estrutura produtiva dos países periféricos latino-americanos, que limitaria as possibilidades de crescimento via industrialização. A baixa produtividade média *per capita* dos setores, excluindo o setor exportador de bens primários, resultaria em uma "heterogeneidade estrutural", dificultando a capacidade de poupar da economia e, consequentemente, restringindo o processo de acumulação e crescimento. A estrutura fiscal antiquada do setor público e os altos

padrões de consumo das classes mais ricas agravariam ainda mais a poupança no âmbito doméstico (Bielschowsky, 2000, p. 32).

O “modelo de dois hiatos”, caracterizado por alta especialização e heterogeneidade produtiva, comprometeria a formação de divisas e de poupança, essenciais para a acumulação de capital exigida pelo processo de industrialização. Esses entraves provocariam tendências desfavoráveis ao desenvolvimento dos países latino-americanos (Bielschowsky, 2000, p. 33).

Essas tendências apresentam desafios dinâmicos ao processo de industrialização dos países periféricos, visto como crucial para o desenvolvimento da América Latina pelos autores cepalinos. Bielschowsky (2000, p. 33) classifica esses desafios como a tendência ao desequilíbrio estrutural do balanço de pagamentos, à inflação e ao desemprego estrutural. A tendência ao desequilíbrio estrutural do balanço de pagamentos, já mencionada, emerge das exigências importadoras das economias periféricas em desenvolvimento, evidenciadas no aumento das importações diante de uma estrutura produtiva exportadora altamente especializada e com demanda rígida por seus bens. Assim, haveria pressões de aumento das importações frente a exportações cada vez menores, já que a demanda por bens importados seria menos suscetível aos ciclos da economia global (Bielschowsky, 2000, p. 33).

A inflação estrutural seria outra consequência, resultante em parte do desequilíbrio estrutural do balanço de pagamentos, que induziria uma alta cambial afetando os preços internos, e em parte da estrutura produtiva, que imporia gargalos na oferta de bens devido à sua baixa diversificação. No contexto inflacionário e de desequilíbrio do balanço de pagamentos, os autores cepalinos se posicionaram contra os ajustes recessivos propostos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), que recomendava a desvalorização cambial como instrumento para reduzir as importações e medidas restritivas fiscais e monetárias para conter os efeitos do choque cambial nos preços internos (Bielschowsky, 2000, p. 34).

Finalmente, um terceiro efeito prejudicial das estruturas produtivas dos países periféricos no processo de desenvolvimento baseado na industrialização seria o desemprego, motivado pela incapacidade de absorção do alto excedente de mão-de-obra, tanto pelas atividades exportadoras quanto pelas novas atividades inseridas pela industrialização. Para a absorção eficaz do alto contingente de mão-de-obra, seriam necessárias taxas elevadas de investimento em capital e crescimento,

incompatíveis com os problemas estruturais de baixa formação de poupança e divisas. Além disso, as técnicas produtivas da indústria emergente também se mostravam pouco absorvedoras de mão-de-obra, de modo que o problema do desemprego se manteria enquanto o processo de industrialização não fosse concluído (Bielschowsky, 2000, p. 34).

É essencial reconhecer que o desafio do crescimento econômico dos países latino-americanos permanece central para o desenvolvimento destes países. Desde a crise de 2014, o Brasil não retomou um crescimento relevante e persistente. Surge a questão: ainda existem impedimentos estruturais que dificultam o crescimento econômico dos países periféricos, ou esses elementos foram superados e os problemas atuais são de outra natureza? O caso da crise brasileira de 2014 pode oferecer insights para responder a essa pergunta?

2.3 O PLANEJAMENTO ESTATAL

O caráter distintivo da CEPAL, como uma instituição focada na proposição de políticas econômicas, contribuiu significativamente para seu papel na concepção de políticas voltadas para o desenvolvimento da América Latina. O próprio processo de diagnóstico, sintetizado em seu método histórico-estruturalista e nos planos analíticos, emergiu como base para as propostas de ação estatal programada, destinadas a enfrentar problemas como vulnerabilidade externa, crescimento e distribuição de renda, dentre outros discutidos neste capítulo.

Nos anos 50, foi estabelecido o conceito de “planejamento” ou “programação” estatal, no qual Celso Furtado se destaca como figura central, conforme Bielschowsky (2000, p. 35) aponta. A elaboração de documentos orientadores de políticas públicas começou com o detalhamento básico das políticas macroeconômicas, considerando um objetivo de crescimento viável. Essa abordagem também levou em conta a projeção de demandas setoriais dos países periféricos e, posteriormente, utilizou ferramentas mais complexas para definir objetivos econômicos e os meios para alcançá-los. Conforme Furtado (1968, p. 93), a política de desenvolvimento exige que a sociedade tenha consciência de seus próprios problemas, sendo necessário o reconhecimento de sua condição para a elaboração de uma estratégia de mudança estrutural, ou seja, a formulação de um projeto de desenvolvimento em relação ao seu futuro e a criação de instituições alinhadas a esse objetivo.

Ao longo de sua história, a CEPAL publicou uma vasta quantidade de documentos com proposições de políticas econômicas adaptadas aos diversos contextos e necessidades dos países latino-americanos. A posição do Estado tem sido e continua crucial para o pensamento do desenvolvimento econômico na América Latina. No Brasil, historicamente, o Estado desempenhou um papel ativo na proposição de políticas econômicas, desde Getúlio Vargas até o fim do ciclo da ditadura militar de 1964-1985, onde a ideia desenvolvimentista e seu projeto industrializante foram explicitamente colocados como objetivos dos governos. Com a abertura comercial e financeira impulsionada pela globalização, nos anos 1980 e 1990, os governos brasileiros decidiram, esporadicamente, abandonar o programa desenvolvimentista.

Entretanto, com o término do governo Fernando Henrique Cardoso e durante os governos Lula, na primeira década do século XXI, a discussão desenvolvimentista voltou a ser debatida no Brasil, principalmente após a crise do *subprime* em 2008 e as crises econômicas subsequentes. Esta discussão culminou na Nova Matriz Econômica, do governo Dilma, que Singer (2015, p. 41) considerou uma proposta de condução econômica com viés desenvolvimentista, dado que concebeu a industrialização como superação do subdesenvolvimento e atribuiu ao Estado o papel de planejar e coordenar esse processo.

Por fim, a crise econômica brasileira de 2014 foi um evento multifacetado que gerou diversas interpretações sobre suas causas, componentes e efeitos. Esta pesquisa busca aplicar os elementos analíticos do pensamento cepalino para auxiliar na compreensão deste período, assim como na avaliação das possibilidades de uma interpretação cepalina desse fenômeno. Contudo, antes de adentrar nesta análise, é relevante descrever os principais fatores e consequências da crise e contextualizá-los no processo mais amplo da tentativa desenvolvimentista do governo Dilma I, e das condições internacionais pós-crise de 2008.

3 A CRISE BRASILEIRA DE 2014

A crise econômica de 2014 representou um momento de inflexão na atividade econômica do Brasil. O país, que havia experimentado um crescimento médio do PIB de 4,0% entre 2003 e 2010 e de 3,0% entre 2011 e 2013, enfrentou um declínio acentuado, com um crescimento de apenas 0,5% em 2014, seguido por dois anos consecutivos de retração do PIB, com quedas de -3,5% e -3,3% em 2015 e 2016, respectivamente. Considerando o período de 2011 a 2020, a economia brasileira apresentou um crescimento médio anual de apenas 0,39%, um valor historicamente baixo, sugerindo a possibilidade de uma nova década perdida para a economia brasileira.

Diversas explicações, não apenas econômicas, foram propostas para os fatores e consequências da crise brasileira de 2014, bem como para as medidas que deveriam ter sido adotadas para sua mitigação e superação. Este capítulo apresentará o contexto da economia brasileira imediatamente antes da crise, caracterizado por um crescimento econômico relativamente estável, aumento do consumo das famílias e melhoria da posição externa do país (Barbosa e Souza, 2010, p. 30-31). No cenário internacional, o período foi marcado pelo *boom* nos preços das *commodities*, alta liquidez externa e pelos efeitos da crise do *subprime* na economia financeira global.

Posteriormente, será discutido o papel das políticas econômicas promovidas pelo governo Dilma Rousseff no primeiro mandato, particularmente o conjunto de medidas conhecidas como a Nova Matriz Econômica e seus impactos sobre a atividade econômica brasileira. Essas ações foram apontadas por Singer (2015, p. 41) como voltadas para a superação do subdesenvolvimento econômico brasileiro. Além disso, será considerada a tese de Marquetti, Hoff e Bienhoff (2016) sobre a queda da lucratividade durante o período em comparação com os anos anteriores.

Por fim, serão abordadas as políticas do segundo mandato de Dilma Rousseff e o desenvolvimento da crise econômica que se agravou com a recessão de 2015 e 2016. Serão apresentados dados dos principais indicadores macroeconômicos das décadas de 2000 e 2010, fornecendo um panorama mais amplo dos efeitos da grande recessão brasileira de 2014 nas variáveis econômicas e sociais até 2020. Com isso, busca-se descrever o profundo impacto da crise na economia e na sociedade brasileiras na segunda década do século XXI.

3.1 O CONTEXTO DA CRISE

Como mencionado anteriormente, apresenta-se um breve contexto do período que antecedeu a crise econômica de 2014. Esse período foi marcado pelos dois primeiros mandatos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de 2003 a 2010, pelo auge dos preços das *commodities* e pelas crises financeiras que atingiram inicialmente o centro do capitalismo global. A crise dos *subprime*, iniciada nos Estados Unidos em 2008, e a crise da zona do Euro, com início em 2011, são exemplos desses eventos.

Os governos de Lula da Silva (Lula I e Lula II) caracterizaram-se por um período de crescimento econômico médio relativamente alto, alcançando 4,08% entre 2003 e 2010. Comparando-se com os dois mandatos anteriores de Fernando Henrique Cardoso, que tiveram um crescimento médio de 2,43%, observa-se uma mudança quantitativa expressiva na atividade econômica brasileira durante o período em questão.

Conforme Barbosa e Souza (2010, p. 8), os oito anos dos dois primeiros mandatos de Lula podem ser divididos em uma fase "neoliberal", de 2003 a 2005, e uma fase "desenvolvimentista", de 2006 a 2010. Na fase neoliberal, a política macroeconômica do governo foi limitada pela orientação ao tripé macroeconômico, restringindo a política econômica ao alcance das metas de inflação, à manutenção das metas de superávit primário e ao estabelecimento de um regime cambial flexível. Para Barbosa e Souza (2010, p. 8), a adesão aos preceitos neoliberais, e consequentemente ao tripé macroeconômico, poderia reduzir as possibilidades de políticas econômicas voltadas à aceleração do crescimento econômico.

No entanto, apesar dessa posição, o choque expansionista decorrente da apreciação cambial, que resultou na redução da inflação e da taxa básica de juros, juntamente com o aumento da atividade econômica internacional, permitiu a recuperação da atividade econômica nos anos subsequentes (Barbosa e Souza, 2010, p. 5-6).

Durante a fase desenvolvimentista, o governo teria adotado uma posição a favor da aceleração do crescimento econômico, a partir de um modelo baseado no:

> [...] Controle da inflação e queda na taxa real de juros da economia, mesmo diante de uma elevação significativa nos preços internacionais das *commodities* agrícolas e minerais em 2008. Externamente, a aceleração do crescimento foi acompanhada pelo acúmulo de reservas internacionais, que reduziu a vulnerabilidade externa da economia, e pela apreciação do real,

> que atenuou as pressões inflacionárias externas. (BARBOSA e SOUZA, 2010, p. 14).

No âmbito fiscal, o período analisado caracterizou-se por políticas expansionistas voltadas ao apoio ao consumo das famílias. Exemplos dessas políticas incluem programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, e o aumento do salário mínimo real, além do incremento do investimento público e do reajuste dos planos de carreiras e salários dos servidores públicos (Barbosa e Souza, 2010, p. 14).

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em 2007, representou a concretização da política focada em infraestrutura por meio de investimento público. Este programa visava simultaneamente estimular a demanda agregada e criar um ambiente propício para o aumento da produtividade da economia como um todo (Barbosa e Souza, 2010, p. 15).

O *boom* nos preços das *commodities* durante o período analisado teve um papel significativo no aumento das exportações de matérias-primas. Juntamente com o PAC, esses fatores influenciaram o robusto crescimento do PIB brasileiro entre 2006 e 2008 (Barbosa e Souza, 2010, p. 14). No contexto global, o período de 2003 a 2007 foi marcado por uma "abundância de crédito internacional e crescimento robusto da China e de outros países asiáticos", o que impactou positivamente o crescimento dos países latino-americanos, incluindo o Brasil (Prado, 2011, p. 11). Esse crescimento foi corroborado pelo aumento significativo dos preços das *commodities*, pela estabilidade da inflação, pelo aumento do comércio internacional e pela condução das políticas públicas, macroeconômicas e sociais (Prado, 2011, p. 11).

Esse cenário positivo sofreu um grande impacto com a crise do *subprime* e, em particular, com a quebra do banco de investimentos Lehman Brothers, evento que afetou diretamente a liquidez internacional e a atividade econômica global. Isso transformou as condições externas que possibilitavam o crescimento dos países latino-americanos, incluindo o Brasil, levando a uma condição de restrição ao crédito e baixo crescimento econômico global, além da consequente queda no preço internacional das *commodities* (Prado, 2011, p. 14-15).

Apesar do baixo crescimento em 2009, decorrente da crise financeira global, o Brasil conseguiu retomar o patamar de crescimento pré-crise em 2010, alcançando um crescimento de 7,50% do PIB. Isso foi possível por meio de uma forte política anticíclica, constituída por políticas monetárias expansionistas para garantir crédito

doméstico e pela manutenção e aprofundamento das políticas fiscais, como o PAC e o aumento dos salários mínimos reais (Barbosa e Souza, 2010, p. 29-30).

3.2 AS POLÍTICAS ECONÔMICAS DO PRIMEIRO GOVERNO DILMA

Com a eleição de Dilma Rousseff para a presidência, inicia-se, segundo Singer (2015, p. 42-43), um "ensaio desenvolvimentista". Esse ensaio representou uma tentativa de manter o padrão de crescimento dos anos anteriores e uma resposta, através de uma política econômica anticíclica forte, à segunda fase da crise financeira internacional iniciada em 2007, marcada pela crise dos países da zona do Euro em 2011.

Este "ensaio desenvolvimentista" manifestou-se no conjunto de medidas conhecidas como "Nova Matriz Econômica". De acordo com Singer (2015, p. 42), essa abordagem envolveu um expressivo "ativismo estatal" na busca pela reindustrialização. As políticas implementadas incluíram, segundo o autor (2015, p. 43-45), esforços para reduzir os juros, envolvendo tanto o banco central quanto bancos privados, e mudanças na remuneração da caderneta de poupança; o uso amplo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que recebeu subsídios do Tesouro para ofertar crédito por meio de programas de apoio ao investimento, como o Programa de Sustentação ao Investimento; políticas voltadas para a reindustrialização, através do Plano Brasil Maior, que aplicou políticas fiscais de redução de impostos de bens industrializados, entre outras medidas; desonerações das folhas de pagamento em setores com alta utilização de mão de obra; um plano para infraestrutura focado no investimento em malha rodoviária e ferroviária, denominado Programa de Investimento em Logística; a reforma do sistema elétrico, visando reduzir o custo da energia elétrica; a desvalorização do real; a implementação de medidas para controle de entrada e saída de capitais; e a proteção à produção nacional com o aumento das alíquotas de impostos sobre a produção de veículos importados, e incentivos à compra de produtos com maior porcentagem nacional pelo Governo.

Singer (2015, p. 56-57) argumenta que esse conjunto de medidas, no plano político, representou uma intervenção do governo em muitas frentes que não conseguiu sustentar. Essas frentes formaram uma coalizão única "antidesenvolvimentista", de caráter liberal e burguês, que alcançou sua primeira

vitória contra o governo com o aumento das taxas de juros em abril de 2013 para controle da inflação. Com o avanço do descontentamento político da população, expresso pelas manifestações de junho de 2013, e diante da possibilidade de baixo desempenho econômico, Dilma isolou-se progressivamente. Apesar do crescimento de 3,00% em 2013, a ex-presidente abandonou o "ensaio desenvolvimentista" um dia após ser reeleita em 2014, ato simbolizado na troca de seu ministro Guido Mantega por Joaquim Levy, figura bem vista pelo mercado.

Marquetti, Hoff e Miebach (2016, p. 3) apontam, ao tratar do período de 2003 a 2007, para a positiva condição internacional, impulsionada pelo crescimento da demanda chinesa e pelo aumento dos preços das *commodities*, que possibilitou a recuperação de elementos de uma política desenvolvimentista e medidas de inclusão social, resultando no aumento da taxa de crescimento e na queda do desemprego. No entanto, no contexto da crise financeira global de 2008 e suas consequências subsequentes, caracterizadas por um aperto no crédito global e a crise na zona do Euro, Marquetti, Hoff e Miebach (2016, p. 4) abordam a crise de 2014 pela perspectiva da queda da lucratividade no período de 2008 a 2014, em comparação ao período anterior de 2003 a 2007, considerando a taxa de lucro a principal variável para a decisão de investimento e acumulação de capital, e, portanto, para o crescimento do produto e do emprego.

A tese de Marquetti, Hoff e Miebach (2016) propõe que a evolução da taxa de lucro da economia brasileira entre 2003 e 2014 caracterizou-se por duas fases distintas. Inicialmente, de 2003 a 2007, observou-se um aumento simultâneo das taxas de lucro e da parcela dos salários na renda nacional, atribuído à utilização da capacidade instalada e ao aumento da produtividade potencial do capital. No entanto, no período de 2008 a 2014, registrou-se uma queda na taxa de lucro, impulsionada pelo crescimento da proporção dos salários na renda total da economia e pela redução da produtividade potencial do capital.

Além disso, a diminuição da lucratividade, associada à produtividade potencial do capital em condições de pleno emprego, foi influenciada pelos efeitos da recessão gerada pela crise do neoliberalismo. Esta situação resultou na queda do preço das *commodities* e no aumento dos preços dos bens de investimento em relação a outros bens, bem como na alteração da composição do investimento no país.

Com a eleição de Dilma em 2010, os autores argumentam que seria necessária uma mudança na política econômica para sustentar o ritmo de crescimento econômico

de 4%, a média do PIB entre 2002 e 2010. Esta mudança deveria responder à nova dinâmica da economia mundial pós-crise financeira de 2008 e ao esgotamento dos fatores que haviam impulsionado o crescimento anterior.

Por fim, nos anos de 2010 e 2011, a economia e o comércio internacional desaceleraram. A política monetária dos Quantitative Easings nos Estados Unidos contribuiu para o deslocamento do excesso de oferta para os países emergentes e para a desvalorização das moedas dos países centrais, ocasionando uma guerra cambial e fomentando influxos especulativos.

No contexto interno, para sustentar o ritmo de crescimento do período anterior, tornava-se necessário ampliar os investimentos. Por conseguinte, exigia-se uma política que diminuísse os custos de produção e fomentasse o aumento da produtividade. Segundo os autores, o governo enxergou nas seguintes linhas o meio para se atingir este objetivo:

> A base para a expansão do investimento seria a mudança em preços chave da economia brasileira, em particular, da taxa de juros e da taxa de câmbio. Esse movimento seria reforçado pelos gastos em infraestrutura, através do PAC e a expansão das concessões. Os investimentos da Petrobras na exploração das reservas de petróleo do pré-sal seriam outro elemento importante na estratégia de crescimento do país. (MARQUETTI, HOFF E MIEBACH, 2016, p. 11).

A alteração cambial deveria ser realizada por meio da desvalorização do real em relação ao dólar, visando a recuperação da competitividade da indústria nacional de transformação. Ao mesmo tempo, isso desestimularia as importações devido ao aumento potencial do produto. Para isso, era necessário reduzir a taxa de juros a fim de evitar um maior influxo de capitais externos, o que significaria a diminuição do papel desta no controle da inflação. O controle inflacionário, naquele momento, foi alcançado pelo aumento da restrição ao crédito e pela contenção de despesas não vinculadas (MARQUETTI, HOFF E MIEBACH, 2016, p. 11).

A luta pela diminuição da taxa básica de juros SELIC resultou na redução da taxa de 12,5% em agosto de 2011 para 7,25% em outubro de 2012. A justificativa do governo para essa redução, além dos motivos já mencionados, era criar espaço para o aumento do investimento privado em infraestrutura. Embora tenha conseguido evitar uma apreciação maior do real em relação ao dólar, a diminuição da taxa SELIC não foi suficiente para promover uma aceleração na atividade econômica, que em 2011 cresceu 2,7%, em comparação com o crescimento de 7,5% no ano anterior (MARQUETTI, HOFF E MIEBACH, 2016, p. 12).

Diante da desaceleração do crescimento e da piora do cenário internacional, com ênfase na Zona do Euro, o governo introduziu um conjunto de medidas denominadas Nova Matriz Econômica. Conforme Marquetti , Hoff e Miebach (2016, p. 13), o objetivo dessas medidas era reduzir os custos de produção e financiamento, simultaneamente permitindo a sustentação do crescimento da demanda e do emprego.

Para Marquetti, Hoff e Miebach (2016, p. 14), a principal consequência da Nova Matriz Econômica foi a manutenção da taxa de investimento acima de 20% durante o período de 2011 a 2014, apesar da queda da taxa líquida de lucro no mesmo intervalo. Além disso, observou-se um aumento na demanda por trabalho, com a taxa de desemprego atingindo 4,8%, o menor valor da série histórica até então, fatores que impulsionaram o aumento do salário médio real da economia.

Após breve recuperação dos impactos da crise financeira de 2008, a taxa de lucro voltou a cair a partir de 2010. Segundo Marquetti, Hoff e Miebach (2016, p. 14-15), isso se deu principalmente devido à menor participação dos lucros líquidos na renda nacional, além da queda do nível da utilização da capacidade instalada e da produtividade potencial do capital de pleno emprego.

Dado esse cenário, o conjunto de medidas falhou em seu propósito de manter o crescimento no nível médio anterior de 4%, além de ter gerado inconsistências macroeconômicas que deveriam ser sanadas futuramente. Com isso, as alterações na competitividade da indústria de transformação, a valorização do câmbio e a nova realidade da economia internacional, marcaram uma mudança na dinâmica produtiva da economia brasileira:

> Num contexto de baixa competitividade da indústria de transformação, câmbio valorizado e desaceleração da economia mundial, o aumento do poder de compra dos trabalhadores se refletiu no aumento das importações e da demanda de bens não comercializáveis, como os serviços. A estrutura da indústria de transformação brasileira e de oferta de serviços não estava preparada para a mudança na composição da demanda advinda desses setores sociais [...] (RUGITISKY apud MARQUETTI, HOFF e MIEBACH, 2016, p. 16).

No âmbito das contas externas, o fim do ciclo de aumento dos preços das *commodities* trouxe a redução da receita com as exportações, em um cenário de deslocamento da demanda interna para fora, de modo que houve rápida redução do superávit comercial, apesar do país contar com US$350 bilhões de reservas

internacionais. Esses fatores aumentaram o déficit externo brasileiro (Marquetti, Hoff e Miebach, 2016, p. 16).

No campo fiscal, as medidas de subsídios e transferências contidas na Nova Matriz Econômica, com a intenção de elevar o investimento e a produção econômica, não tiveram os efeitos desejados. As desonerações fiscais saltaram de R$3,6 bilhões em 2011 para R$100,6 bilhões em 2014, sendo em grande parte absorvidas em forma de lucro. Em um cenário de queda da taxa de lucro líquida, as medidas resultaram em elevado custo para o governo (Marquetti, Hoff e Miebach, 2016, p. 17).

No contexto da crise política que se instaurou no ano de 2013, a presidente viu sua popularidade cair vertiginosamente, de modo que, para o ano das eleições de 2014, o governo mudou seu discurso, reconhecendo a crise que estava em gestação. Neste ponto, os objetivos foram manter baixo o desemprego e controlar a inflação, sem deixar de lado as conquistas sociais alcançadas. Para o controle da inflação, teve início uma diretriz de valorização do real centrada nas operações de swaps cambiais do Banco Central e no controle de preços administrados, estratégia que afetou o plano de investimento da Petrobrás (Marquetti, Hoff e Miebach, 2016, p. 18).

Mesmo com o baixo crescimento em 2014, de 0,5%, a presidente Dilma foi reeleita com uma pequena margem e com um cenário político bastante apertado, tendo recebido menor votação nas regiões mais industrializadas do país e enfrentando uma frente política à direita que não aceitou o resultado das urnas. No próximo capítulo, será discutida a mudança na condução da política econômica do governo e a crise econômica que a acompanhou. Além disso, serão resgatados dados macroeconômicos importantes sobre a década para proporcionar uma visão mais geral sobre os efeitos da crise.

3.3 A CRISE ECONÔMICA E SUAS CONSEQUÊNCIAS

A indicação de Joaquim Levy para o Ministério da Fazenda no segundo mandato de Dilma foi uma sinalização de que o governo reverteria sua condução da política econômica que havia praticado durante o primeiro mandato. Devido à sua ligação com o mercado financeiro e sua formação na Universidade de Chicago, esperava-se que os princípios que conduziriam a nova política econômica fossem de cunho liberal.

Segundo Marquetti, Hoff e Miebach (2016, p. 19), o primeiro choque foi do lado fiscal, com o contingenciamento dos gastos do governo, resultando em uma redução de 32% em relação ao ano anterior. Além disso, houve uma revisão para cima dos preços administrados de combustíveis e energia elétrica, promovendo um choque de oferta que contribuiu para a elevação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo, IPCA, em 11,07% no ano de 2015.

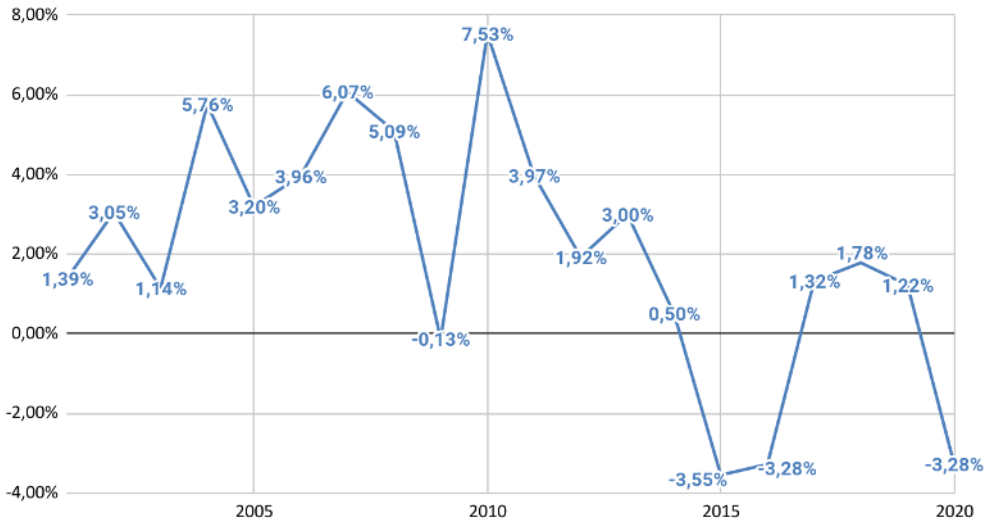
O choque inflacionário motivou também a elevação da SELIC, o que contribuiu para a queda da atividade econômica. Marquetti, Hoff e Miebach (2016, p. 20) argumentam que conjuntamente à política econômica contracionista houve redução do nível de investimento da Petrobras, que respondia por 7,3% do investimento total do país em 2013 e teve essa função reduzida em um terço.

No final do ano de 2015, com uma queda bruta do investimento, a economia recuou 3,55%, apresentando forte aumento do desemprego, situação fiscal deteriorada, alta inflação, além da grande crise política enfrentada pelo governo. A reviravolta na condução da política econômica não trouxe, ao contrário do observado na fase "neoliberal" do primeiro mandato de Lula em 2003, as condições necessárias para a saída da crise (Marquetti, Hoff e Miebach, 2016; Giambiagi, 2016).

A partir de 2016, com Nelson Barbosa no Ministério da Fazenda, não havia mais força política para a implementação de uma política econômica que recuperasse o crescimento. De acordo com Marquetti, Hoff e Miebach (2016, p. 21), "[...] A situação fiscal havia sido comprometida com os diferentes estímulos ao investimento entre 2011 e 2014, a taxa negativa de crescimento do PIB e o pagamento das pedaladas em 2015."

O processo de *impeachment* que resultou na cassação da presidente Dilma em agosto de 2016 resultou no fim de 14 anos dos governos do Partido dos Trabalhadores na presidência nacional, em meio a uma crise econômica e política. No fim de 2016, houve recuo econômico da ordem de 3,28%.

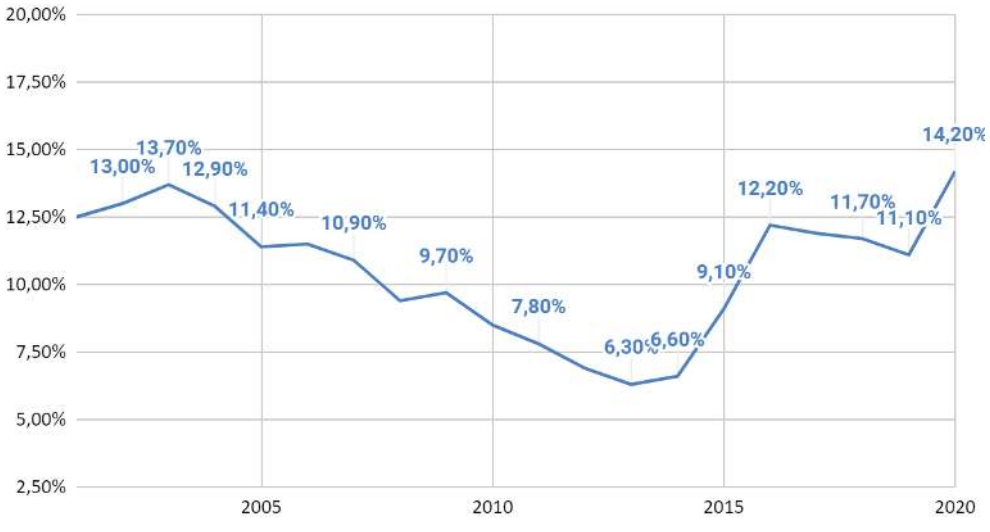
Gráfico 1 - Variação Anual do Produto Interno Bruto do Brasil a Preços de Mercado (%)



FONTE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Sistema de Contas Nacionais (IBGE/SCN Anual)

É possível observar que mesmo após a recuperação do crescimento nos anos seguintes à crise, o crescimento permaneceu em um baixo patamar de crescimento médio de 1,44% nos anos de 2017, 2018 e 2019, até a estagnação em 2020 promovida pelo choque da redução da atividade global e interna devido à Pandemia de COVID-19. Os níveis de desemprego para o período são demonstrados no gráfico 2:

Gráfico 2 - Taxa de Desemprego - Brasil, 2001 a 2020 (%)

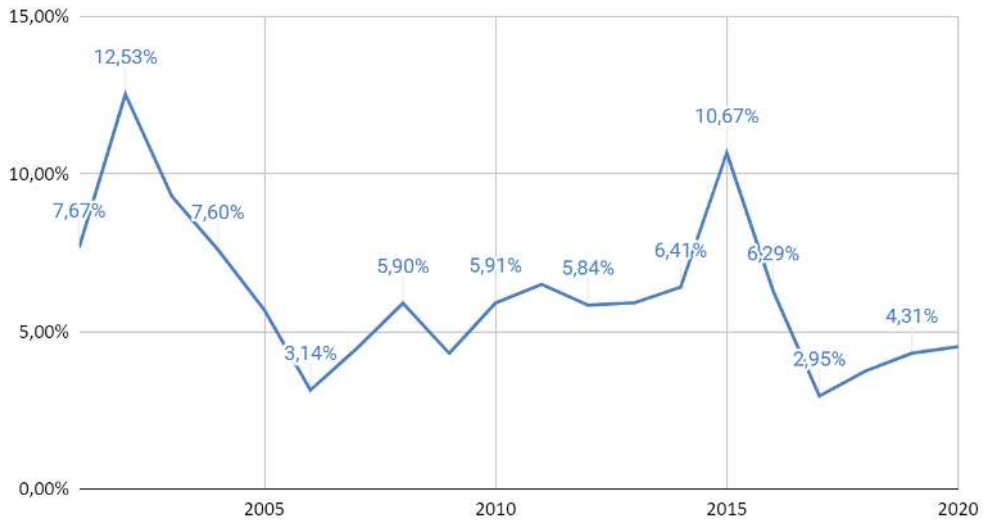


FONTE: Fundo Monetário Internacional, World Economic Outlook database (FMI/WEO)

É possível também verificar no Gráfico 2, o aumento do desemprego, que a partir de 2014 começa a crescer e chega ao valor de 12,20% no ano de 2016, o ano mais agudo da crise. Vale ressaltar que a taxa começa a cair nos anos seguintes, mas também em 2020, sofre com os impactos da pandemia.

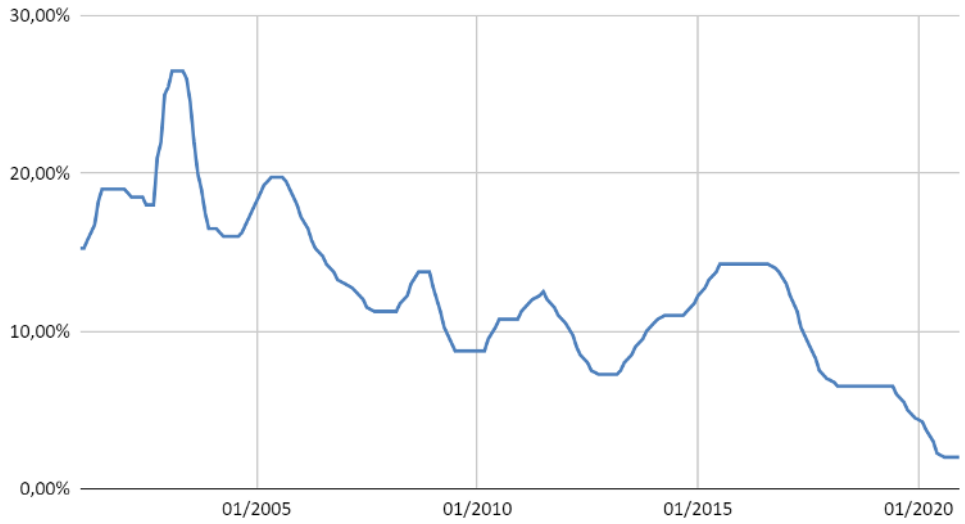
Os gráficos abaixo, Gráfico 3 e Gráfico 4, demonstram a evolução da inflação e da meta da taxa SELIC perseguida pelo Banco Central. Pode-se verificar, por meio do Gráfico 3, o aumento da inflação pelo IPCA, de 6,3% em 2013, até o valor de 10,67% em 2015. A evolução da meta da taxa SELIC demonstra o esforço do governo Dilma para a redução da meta em seu primeiro mandato, como importante elemento da Nova Matriz Econômica, que começa a cair a partir de agosto de 2011, até a necessidade de aumento devido às preocupações inflacionárias em abril de 2013, que, para Singer (2015, p. 50), é quando a situação se inverte a favor das pressões "anti-desenvolvimentistas", ou seja, contra o "ensaio desenvolvimentista" iniciado pela Nova Matriz.

Gráfico 3 - Índice IPCA - final de período - 2001 a 2020 - variação (%)



FONTE: IBGE, Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor (IBGE/SNIPC)

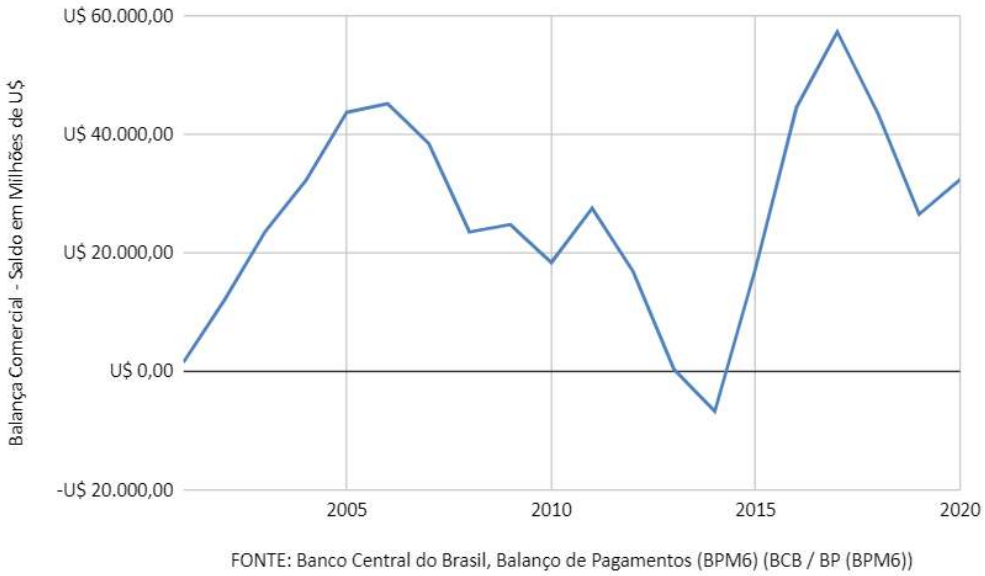
Gráfico 4 - Meta SELIC (% a.a.) - 2001 a 2020



FONTE: Banco Central do Brasil

O Gráfico 5 apresenta a evolução da balança comercial no período. A partir de 2006, começa a haver uma queda das exportações, ao mesmo tempo em que ocorre um leve crescimento das importações. A crise de 2008, o esgotamento do *boom* do preço das *commodities*, a crise da zona do Euro e a redução das expectativas de crescimento da China para a década podem explicar o desaceleramento das exportações brasileiras. A recuperação da balança comercial pode ser compreendida mais pela queda brusca das importações ocorrida durante as recessões em 2015 e 2016 do que com a recuperação das exportações.

Gráfico 5 - Saldo da Balança Comercial - 2001 a 2020 - em Milhões de Dólares



FONTE: Banco Central do Brasil, Balanço de Pagamentos (BPM6) (BCB / BP (BPM6))

Após a apresentação destes dados, é importante notar que a crise de 2014 e a subsequente recessão contaram com diversas explicações sobre seus motivos, a magnitude dos seus efeitos e sua duração. O objetivo deste capítulo é trazer as leituras da crise que buscaram analisar de forma abrangente quais foram os contextos internos e externos que antecederam e circunscreveram a crise, além de trazer o panorama geral das variáveis de crescimento, desemprego, inflação, taxa de juros e resultado da balança comercial durante as duas primeiras décadas do século XXI.

Este levantamento objetiva oferecer subsídios para uma aproximação cepalina da crise de 2014, orientada pelos planos analíticos exibidos no primeiro capítulo. O cerne da análise cepalina voltou-se para a industrialização como modo de superação ao subdesenvolvimento dos países latino-americanos. Deste modo, no próximo capítulo será levantado o problema da inserção internacional e da vulnerabilidade externa brasileira, no contexto apresentado sobre a crise, o que significa se perguntar sobre a permanência da condição periférica brasileira. Ou seja, se questionar como os elementos da vulnerabilidade externa que permearam a crise podem ser compreendidos a partir da hipótese do problema da inserção internacional dos países periféricos, ou se os elementos da análise cepalina são insuficientes para tratar da problemática em questão.

Ao tratar dos condicionantes estruturais internos do crescimento, se voltará para como os elementos da crise de 2014 podem ser observados através da restrição imposta pelo "problema dos dois hiatos", ou seja, como a baixa capacidade de gerar poupança e a insuficiência de divisas, consideradas por meio da constatação de uma estrutura produtiva altamente especializada e concentração tecnológica nas atividades primárias exportadoras, podem ajudar a compreender o desempenho econômico, a inflação e o desemprego observados durante a crise.

Por último, se analisará o papel central do Estado como planejador e condutor da política econômica brasileira do período, que, como vimos, tinha na Nova Matriz Econômica a esperança de induzir um processo de reindustrialização brasileira. A reflexão será na busca de encontrar elementos de contato entre a forma de compreensão tipicamente cepalina, através do método histórico-estruturalista, e verificar se é possível ou não realizar essa aproximação. Isto vale dizer, é refletir também sobre a persistência das estruturas econômicas analisadas pelos autores cepalinos.

4 OS PLANOS ANALÍTICOS CEPALINOS E A CRISE BRASILEIRA DE 2014

No estudo das ideias da CEPAL, foi identificado no segundo capítulo a prevalência de três planos analíticos orientadores da argumentação cepalina a respeito da condição periférica dos países latino-americanos. Esses planos analíticos constituem o que foi denominado como "método histórico-estruturalista latino-americano", que parte da premissa da diferença entre as estruturas (e dinâmicas) produtivas entre os países periféricos e centrais no âmbito da divisão internacional do trabalho. Como fora mencionado, assentou-se sobre um modelo produtivo historicamente especializado na exportação de bens primários, desarticulado entre si, de baixa produtividade nos demais segmentos produtivos e com alto excedente de mão-de-obra. A especialização na produção de bens de exportação com baixa elasticidade de demanda nos países industrializados e a capacidade destes para sustentar os preços desses bens durante a baixa cíclica propiciaria uma tendência perversa ao balanço de pagamentos dos países periféricos, por meio da deterioração dos termos de troca. Essa condição dos países periféricos os conduziria a um desequilíbrio no balanço de pagamento e à escassez de divisas, necessárias ao processo de industrialização, levando-os à substituição de importações através de constante endividamento externo, situação que acabaria por agravar as contas externas destes países.

Neste contexto, haveria então um desarranjo estrutural na inserção dos países periféricos na economia mundial, corroborada pela vulnerabilidade aos ciclos econômicos. Além disso, a dinâmica especializada na exportação de *commodities* e de baixa produtividade nos setores não primário-exportadores agravaram os obstáculos por meio da escassez de poupança e falta de divisas necessárias à industrialização. Finalmente, a CEPAL identificou no planejamento estatal e na construção de um projeto de país através da industrialização, voltada ao bem-estar da população, o meio para o desenvolvimento econômico e social. São então esses três planos ou eixos analíticos, o problema da inserção internacional, a dificuldade gerada pelos condicionantes internos de crescimento e o planejamento estatal, que serão considerados dentro do contexto do século XXI para se pensar a crise de 2014.

4.1 INSERÇÃO INTERNACIONAL, VULNERABILIDADE EXTERNA E A CRISE DE 2014

O estudo da crise de 2014 a partir do problema da inserção periférica cepalina levará em consideração, primeiramente, a especificidade do momento histórico da economia global nas duas primeiras décadas do século XXI e como essa circunstância afetou o Brasil durante o período. Em um segundo momento, será analisado como a nova situação de abundância de divisas reduziu a restrição externa identificada pelos cepalinos. No entanto, com o aumento da importância da inserção financeira global, identificam-se novas formas de manutenção ou aprofundamento da vulnerabilidade externa brasileira.

4.1.1 O Contexto Internacional

Biancarelli (2019, p. 222) demonstra os ciclos da economia global do século XXI através de seus fluxos comerciais e financeiros, identificando quatro fases entre o período de 2003 a 2017. No primeiro período, que compreende os anos de 2003 a 2008, houve uma bonança externa motivada por uma dinâmica comercial constituída por três motores, a saber, o consumo interno norte-americano, o centro manufatureiro chinês e a produção de insumos dos países primário-exportadores, principalmente latino-americanos e africanos. O *boom* das *commodities* e a alta liquidez internacional marcaram este período e foram significativos para que, conjuntamente ao crescimento econômico, o Brasil pudesse acumular reservas.

Segundo Biancarelli (2019, p. 222), com a crise do *subprime* em 2008, há uma fase de parada e retomada "súbita" da economia global, de 2008 a 2010. Esta fase é marcada pela restrição ao crédito e queda acentuada do consumo norte-americano, que acaba sendo transmitido aos demais países. Com o aumento da aversão ao risco, há uma forte retração repentina dos influxos de capitais e desvalorização cambial nos países emergentes. Além disso, o mercado de *commodities*, com a queda da liquidez internacional, sofreu com o enxugamento dos excessos de liquidez advindos da especulação. No entanto, houve uma rápida recuperação da atividade devido às políticas fiscais e monetárias anticíclicas aplicadas pelos países centrais, com a manutenção de baixas taxas de juros e a grande injeção de liquidez promovida, principalmente, pelo Federal Reserve.

Desse modo, apesar da abrupta queda no nível de financiamento e da aversão ao risco, ocorreu um rápido retorno da liquidez internacional, caracterizando assim uma retomada súbita da atividade mundial já em 2009, mesmo que em níveis mais baixos daqueles ocorridos no período de bonança.

Em um terceiro momento, entre 2011 e 2014, ocorreu o período denominado por Biancarelli (2019, p. 222) de pós-*bonanza*, cujo qual, apesar das Crises da Zona do Euro durante o período, a economia global continuou a apresentar grande liquidez nos mercados internacionais e altos preços das *commodities*. Estes últimos foram responsáveis pela continuidade da vantagem nos termos de troca que o Brasil vinha demonstrando desde o período de *bonanza*, apesar de em níveis mais baixos. Por fim, Biancarelli (2019, p. 222) descreve o período iniciado em 2014 e continuado até o momento em que o artigo foi escrito, chamando-o de "dupla tempestade", em referência à política monetária contracionista norte-americana e à redução da atividade chinesa. Atribuindo maior importância à desaceleração econômica da China, esses são os fatores que, segundo o autor, foram responsáveis pela inflexão do cenário internacional que prevaleceu durante os períodos de bonança e pós-*bonanza*. Esta inflexão se verificou na contração da liquidez internacional, na forte redução dos influxos financeiros aos países emergentes, incluindo o Brasil, e na queda bastante significativa dos preços das *commodities*, revertendo, mesmo que por um curto período, a vantagem nos termos de troca do Brasil apresentada desde 2006.

É importante observar que a tese originada por Prebisch da tendência à deterioração dos termos de troca das economias periféricas, neste caso, durante o período descrito acima, não se apresentou para a economia brasileira. Chiliatto-Leite (2019, p. 19) observa a característica tipicamente centro-periferia estabelecida entre a economia chinesa e a economia latino-americana, como a brasileira, neste novo contexto do século XXI. Esta relação se daria pela capacidade chinesa de dinamizar as economias dos países latino-americanos; pela assimetria nas relações comerciais, em que a China produz os produtos manufaturados e a América Latina tem a posição de exportadora de produtos primários; e pelos padrões de IDE muito semelhantes aos praticados pelos países centrais em meados do século XX nos países da América Latina.

No entanto, a relação entre a China e a América Latina no período foi marcada por termos de troca favoráveis aos países latino-americanos. Segundo Chiliatto-Leite (2019, p. 19), isso ocorreu devido à modificação das cadeias globais de produção e

às características do modelo produtivo chinês, isso permitiu que a relação de troca comercial entre a China e América Latina, mesmo em condições muito semelhantes às apontadas por Prebisch entre países centrais e periféricos, não resultasse no prejuízo dos termos de troca aos países latino-americanos, situação que vigorou até a queda dos preços das *commodities* em 2014.

> [...] O fato de que a China tenha as características de centro para a América Latina, mas que, dadas a reorganização global de cadeias produtivas, as condições de escala asiática, produtividade, logística e baixos salários, a emergência chinesa ao novo centro reduziu de forma significativa os preços de manufaturas — ao mesmo tempo em que produziu um ciclo altista dos preços de *commodities* (alavancados e mais voláteis pela financeirização). (CHILIATTO-LEITE, 2019, p. 19).

Chiliatto-Leite (2019, p. 15) propõe, então, a reflexão sobre duas transformações na economia internacional que poderiam modificar a dinâmica centro-periferia do século XX em relação à dinâmica centro-periferia estabelecida no século XXI. Uma delas é justamente o conjunto de mudanças representadas pela fragmentação das cadeias produtivas globais, pela ascensão chinesa e por uma nova divisão internacional do trabalho. A outra transformação apontada por Chiliatto-Leite diz respeito "à financeirização e ao poder dado às finanças."

4.1.2 Financeirização e Vulnerabilidade Externa

Abeles, Pérez e Valdecantos (2018, apud Chiliatto-Leite, 2019, p. 16) identificam quatro linhas gerais sobre a financeirização; porém, salientam a diversidade das definições do conceito pela literatura especializada. Primeiramente, a financeirização diz respeito a uma forma de governança corporativa centrada na valorização dos ativos das empresas; em segundo lugar, representa o crescimento do poder político e econômico do capital financeiro e da classe ligada a ele; além disso, significa o aprofundamento da lógica da valorização do capital dominado pelas vias financeiras; e, por fim, esse processo tem seu ápice na criação de uma imensidão de instrumentos e produtos financeiros.

Para Biancarelli (2019, p. 218-219), o aumento da importância da financeirização requer uma mudança de perspectiva acerca da prevalência do estudo do Balanço de Pagamentos, sobretudo da Balança Comercial e da Conta Corrente, para se analisar a vulnerabilidade externa de um país periférico. Isso não significa que se deva abandonar a análise clássica cepalina sobre a inserção internacional, mas

que, com os novos elementos surgidos principalmente a partir da "globalização financeira" e do rearranjo das cadeias produtivas globais, a visão crítica cepalina da inserção periférica ganha novas dificuldades.

Prates (2015, apud Biancarelli, 2019, p. 2019) organiza o conceito de assimetria, de importância fundamental para a CEPAL, no âmbito do sistema monetário e financeiro internacional. O autor traz os conceitos de assimetria financeira, que se relaciona com o papel das economias emergentes nas carteiras de ativos e fluxos internacionais de valorização; de assimetria macroeconômica, que trata das diferentes capacidades entre os países centrais e periféricos, neste sistema, de exercer suas políticas econômicas; e o conceito de assimetria monetária, que versa sobre as diferentes capacidades das moedas entre os países centrais e periféricos de exercerem suas três funções básicas de reserva de valor, unidade de conta e meio de pagamento, havendo uma hierarquização em favor das moedas dos países centrais.

Segundo Biancarelli (2019, p. 219), a assimetria financeira ocorre de modo que os países periféricos passam por períodos de oscilação brusca entre excesso e falta de liquidez, determinados pela oscilação de aumento e redução da aversão ao risco dos investidores internacionais. Portanto, o balanço de pagamentos e o mercado de capitais interno de países como o Brasil estão intimamente ligados, e assim expostos, aos ciclos financeiros globais, o que significa uma barreira para a realização de políticas econômicas domésticas.

No âmbito da assimetria macroeconômica, o caso brasileiro ganha um componente especial no século XXI com a instituição do tripé macroeconômico. Paulani (2003, p. 59) já apontava a perspectiva de parte do debate brasileiro sobre a condução da política econômica por meio do jargão *"there is no alternative"* (TINA), exposto pela autora através da narrativa liberal do debate de que "são intocáveis o ajuste fiscal 'duro', o juro real elevado, a política monetária contracionista, o câmbio flutuante, a livre movimentação dos capitais."

A contradição dessa nova dinâmica de "globalização financeira" e rearranjo da cadeia global de produção foi que, apesar dos períodos de bonança, rápida recuperação pós-crise de 2008 e pós-*bonanza*, ter havido uma alta cíclica da liquidez global e manutenção dos preços das commodities em níveis elevados, ou seja, por um lado, não ter havido a restrição externa ao financiamento e a insuficiência de divisas na economia brasileira, por outro, houve um processo de reprimarização da pauta exportadora, que agravaria a dinâmica de desequilíbrio do balanço de

pagamentos. Biancarelli (2019, p. 225) demonstra esse comportamento por meio da deterioração qualitativa das trocas comerciais entre 2003 e 2016, que representou um aumento do déficit no saldo comercial daqueles segmentos que apresentam maior complexidade tecnológica, em especial a indústria de transformação.

Em relação à assimetria monetária, Conti, Prates e Plihon (2014) discorrem sobre a incapacidade das moedas periféricas executarem as três funções clássicas da moeda, ao passo que sua utilização externa está atrelada aos ciclos de liquidez internacionais e aos influxos financeiros globais. Na fase de alta liquidez, há alta utilização da moeda periférica, mas não para fins de sua liquidez, mas para operações especulativas que aumentariam a volatilidade dos fluxos de forma a afetar as taxas de câmbio e as taxas de juros dos países emissores dessas moedas.

Por fim, Biancarelli (2019, p. 233) aponta outras formas de vulnerabilidade externa que atuam de forma indireta sobre a economia brasileira. Uma delas é a dependência externa da estrutura produtiva brasileira e sua dinâmica em relação ao ciclo produtivo global. O autor cita três aspectos da indústria que merecem atenção quanto a sua importância na economia brasileira:

> i) a ainda relevante diversificação estrutural do país, que dá à indústria um papel chave na determinação do ritmo de atividade; ii) as mudanças ocorridas na dinâmica da produção e consumo industrial, especialmente desde a recuperação pós-crise de 2008, marcadas por uma “internacionalização assimétrica”; e iii) o peso que têm as empresas multinacionais no controle das decisões de produção e investimento, em um contexto de produção global integrada e hierarquizada. (BIANCARELLI, 2019, p. 233).

Ao tratar da "internacionalização assimétrica", Sarti (2016, apud Biancarelli, 2019, p. 233) afirma que, após 2008, "há [...] um aprofundamento da integração assimétrica brasileira, com forte ampliação das importações disputando o mercado doméstico, mas decrescente e cada vez mais difícil das exportações industriais brasileiras ao mercado externo".

Sobre o ponto do controle decisório multinacional, no ambiente pós-crise de 2008, a indústria brasileira, mesmo com uma massiva política de fomento, não conseguiu retomar o equilíbrio. Biancarelli (2019, p. 234) comenta que o centro de decisão das indústrias, comandado pelas matrizes mundo afora, responde em última instância ao ciclo global de produção, sendo relativamente autônomo às condições econômicas domésticas. Segundo o autor, a consideração desse componente decisório internacional das indústrias brasileiras pode ajudar a compreender a inanição da indústria brasileira frente aos estímulos pelo lado da oferta do governo

Dilma I, com a redução das taxas de juros, desvalorização e controle cambial, redução dos custos de energia e desonerações tributárias.

As possibilidades de vulnerabilidade externa foram acentuadas com o processo de financeirização global e com o rearranjo das cadeias produtivas globais. Novas formas de conexão com os fluxos globais e o protagonismo chinês enquanto centro da manufatura global foram, por um lado, responsáveis pelo acesso a novos meios de financiamento, ao ponto em que o Brasil conseguiu reverter, até então, um dos problemas cepalinos clássicos da insuficiência de divisas. No entanto, esses componentes aumentaram a exposição brasileira aos fluxos financeiros internacionais e não eliminaram por completo a situação periférica desfavorável nos termos de intercâmbio, já que o arranjo econômico global das duas primeiras décadas do século XXI reforçou a primarização da economia brasileira.

Vale se questionar até quando a economia chinesa conseguirá sustentar preços baixos para seus produtos industriais? Ou até quando haverá alta dos preços dos bens primários no mercado internacional? Contudo, para se abordar a Crise de 2014 pensando o problema da inserção internacional cepalina, foram trazidos elementos no contexto da maior vulnerabilidade aos choques financeiros que a economia brasileira incorporou desde a crise de 2008 e que foram evidenciados pela redução dos fluxos globais e queda dos preços das *commodities* a partir de 2014. Além disso, a identificação de outras formas de inserção assimétrica na economia internacional aponta para canais indiretos de vulnerabilidade externa e restrição na condução da política econômica brasileira, bem como para os demais países periféricos.

As assimetrias financeiras, macroeconômicas e monetárias ditam novas dificuldades para os países periféricos e suas relações com os países centrais, à medida em que ditam, pela via de elementos externos, a capacidade de financiamento e a capacidade de realização de políticas econômicas destes países. Finalmente, a internacionalização dos centros decisórios das empresas domésticas trouxe a possibilidade de descolamento das respostas destas ao ambiente interno, ao passo que podem responder a estratégias globais indiferentes aos custos de produção dos países em que se instalaram.

4.2 CONDICIONANTES ESTRUTURAIS INTERNOS DO CRESCIMENTO E A CRISE DE 2014

De acordo com o pensamento cepalino sistematizado por Bielschowsky (2000, p. 33), os entraves ao crescimento provenientes da estrutura interna dos países periféricos estão atrelados à especialização produtiva em bens primários e à baixa produtividade média dos setores não exportadores. Esses entraves, como exposto no segundo capítulo desta monografia, são resultados da escassez de divisas e da baixa taxa de formação de poupanças que a estrutura produtiva condiciona. O constrangimento ao crescimento devido à restrição de divisas e poupança ficou conhecido como o "problema dos dois hiatos", que resultaria em dificuldades relacionadas ao desequilíbrio do balanço de pagamentos, à inflação e ao desemprego. Esta seção abordará a questão dos condicionantes estruturais internos do crescimento e sua relação com a crise de 2014, ao passo que os relaciona com as dificuldades geradas pela estrutura produtiva periférica.

4.2.1 A Tendência ao Desequilíbrio Estrutural do Balanço de Pagamentos

A tese cepalina do desequilíbrio de pagamentos se fundamenta pela crescente necessidade de importação necessária ao desenvolvimento pela industrialização, mas que encontraria-se restrita pela escassez de divisas gerada pela tendência à deterioração dos termos de troca. Isto significa dizer que o próprio processo de substituição de importações acarretaria, enquanto não houvesse a convergência das estruturas produtivas entre centro e periferia, em pressões importadoras de bens industriais frente a uma economia altamente especializada em exportações de produtos primários, reforçando assim, a tendência à deterioração dos intercâmbios. (Bielschowsky, 2000, p. 29)

No entanto, como descrito na seção 4.1.1, os termos de troca foram favoráveis ao Brasil durante a maior parte do século XXI, fato que possibilitou crescentes superávits na balança comercial e a acumulação das reservas internacionais. A restrição de divisas, pelo menos durante o período, não implicou em uma restrição ao crescimento. De acordo com Biancarelli (2019, p. 226), a elevada liquidez internacional contribuiu, além do saldo comercial positivo, para o movimento de acumulação de reservas cambiais a partir de 2007. Contudo, conforme Biancarelli,

Rosa e Vergnhanini (2017, p. 24), há um aprofundamento da restrição externa nos moldes do argumento cepalino, na medida em que:

> Não só há uma elevação estrutural do coeficiente importado da indústria brasileira, como um aumento da restrição externa de natureza estrutural, fruto da reprimarização da pauta de exportações e da não substituição de importações. (BIANCARELLI, ROSA E VERGNHANINI, 2017, pg. 24).

Portanto, se, por um lado, a restrição de divisas não foi uma dificuldade presente na crise de 2014, por outro, o processo de reprimarização indica que este não é um problema totalmente superado, na medida em que reforça a tendência do desequilíbrio estrutural do balanço de pagamentos, que em outras condições globais, pode se tornar mais evidente.

4.2.2 Inflação de Origem Estrutural

A tese cepalina da inflação estrutural atribui a causas relacionadas à estrutura produtiva e à taxa de câmbio o processo inflacionário. Segundo essa perspectiva, os gargalos de oferta em uma estrutura produtiva pouco diversificada, aliados aos desequilíbrios do balanço de pagamentos, resultariam no aumento dos custos da economia, refletindo-se na alta dos preços. Entretanto, durante os governos de Lula I e II, e no início do governo Dilma I, a alta liquidez internacional, as vantagens nos termos de troca e os grandes influxos de capitais que valorizavam no Brasil, geraram uma situação contrária à preconizada pela CEPAL. Apesar da dinâmica de reprimarização, que reforçaria a tendência à deterioração dos termos de troca, ocorreu uma valorização do real durante os dois mandatos de Lula e no início do primeiro mandato de Dilma. Mello e Rossi (2017, p. 15) explicam que o alto retorno do sistema financeiro brasileiro atraía investidores externos, demandando cada vez mais o real, um processo estimulado pela especulação de valorização do real frente ao dólar.

Mello e Rossi (2017, p. 18) argumentam que a valorização cambial no governo Lula ajudou a conter a inflação dos produtos comercializáveis, controlando o aumento dos preços de itens não comercializáveis, como os serviços, pressionados por um modelo de crescimento voltado para o consumo. Diferentemente, Dilma adotou um modelo voltado para a indústria, buscando reduzir a pressão inflacionária dos itens não comercializáveis por meio da administração dos preços de energia e combustível. Essa estratégia, ao mesmo tempo que estimulava a oferta industrial, mitigava os

impactos da política de desvalorização cambial. Mello e Rossi (2017, p. 6) identificam que, no governo Dilma I, a reprimarização, a deterioração dos termos de troca e a valorização cambial eram vistos como obstáculos à recuperação industrial brasileira, elementos que compunham uma degradação estrutural da indústria nacional. Políticas cambiais foram instituídas para mitigar os efeitos do *boom* de liquidez internacional, com o Banco Central intervindo para estabilizar a moeda frente à apreciação do real. "Após a reeleição de Dilma em 2014, a interferência no mercado cambial foi reduzida, o que, em conjunto com o cenário político desfavorável à presidente, resultou em um movimento contrário ao real e um choque de desvalorização de 50% entre dezembro de 2014 e dezembro de 2015, impactando a inflação do período (MELLO; ROSSI, 2017, p. 7).

Ao relacionar a inflação, a crise brasileira de 2014 e a tese cepalina da inflação estrutural em seu componente cambial, deve-se considerar as mudanças na dinâmica do balanço de pagamentos e a relação nos termos de troca favoráveis ao Brasil. A tendência à deterioração dos termos de troca é fundamental no pensamento cepalino para entender as relações entre centro e periferia. Durante os anos que antecederam a Crise de 2014, as relações se modificaram, dificultando a associação entre o componente cambial da tese cepalina da inflação e a situação cambial real, em um contexto de abundância de divisas. No entanto, a relação centro-periferia e as diferentes formas de inserção internacional, conceitos essenciais ao pensamento cepalino, permanecem relevantes para compreender a inflação atual, especialmente a vulnerabilidade cambial no contexto da financeirização, fortemente ligada aos ciclos de liquidez internacional e aos padrões assimétricos de inserção dos países periféricos.

Em um estudo sobre a estrutura produtiva da inflação estrutural e sua relação com a crise de 2014, é crucial considerar a evolução da estrutura produtiva brasileira, particularmente a agrícola, desde os anos 50 e 60, período de auge da formulação cepalina sobre a inflação, pelos economistas Noyola Vazquez, Julio Olivera e Oswaldo Sunkel. O distanciamento temporal e as transformações ocorridas desde então levaram Bresser-Pereira e Gala (2010, p. 667) a afirmar que, no contexto da Macroeconomia Estruturalista do Desenvolvimento, a teoria estruturalista da inflação estaria superada pela assimilação do capitalismo pela estrutura produtiva agrícola, reduzindo significativamente as rigidezes na oferta identificadas pelos cepalinos. Por outro lado, Portela (2021) chama atenção para o fato de que a especialização e a

reprimarização da estrutura produtiva brasileira, impulsionada por uma "chinalização" da pauta exportadora, não contribuíram para um aumento da complexidade econômica:

> [...]o Brasil manteve ao longo dos anos a especialização primário-exportadora, não houve aumento da complexidade econômica, e isso é um resultado não só da característica de uma economia periférica, mas também da rigidez estrutural endógena e da incapacidade do país de romper com essa rigidez. (PORTELA, 2021, p. 95).

Com a reprimarização da pauta exportadora e a persistência dos entraves estruturais identificados pela CEPAL, como a baixa complementaridade intersetorial e a rigidez da oferta, observa-se que, apesar de a inflação na crise de 2014 pode ser explicada, conforme sugerido por Mello e Rossi (2018, p. 30), pelo choque cambial, pelo retorno dos preços administrados e por um componente inercial, a permanência e o aprofundamento do processo de desindustrialização, iniciado nos anos 80 com a abertura comercial, financeira e produtiva, e fortalecido durante as duas primeiras décadas do século XXI, a estrutura produtiva brasileira ainda pode oferecer restrições que contribuem para a dinâmica dos preços.

É importante ressaltar que, enquanto a Política de Desenvolvimento Produtivo, lançada em maio de 2008, reconheceu como um de seus objetivos o investimento em setores com restrição de oferta (IEDI, 2008, p. 16), o Plano Brasil Maior, já no governo Dilma, voltou maior atenção para o setor agroindustrial. Mattos (2013, p. 9) destaca que essa ênfase pode ser interpretada como uma indicação de que o Plano Brasil Maior visava mais à consolidação da competitividade de setores já estabelecidos do que à definição de novos setores.

4.2.3 Desemprego Estrutural

Respeitando a tese cepalina sobre os entraves estruturais para o crescimento do emprego, esta fundamenta-se na limitada capacidade de absorção de emprego das atividades primário-exportadoras e da indústria voltada ao consumo interno, intensificada, no caso brasileiro, pelo processo de sobremecanização (BIELSCHOWSKY, 2000; FURTADO, 1968). A superação das baixas taxas de absorção de mão de obra seria dificultada pelo "problema dos dois hiatos", isto é, a reduzida capacidade de formação de divisas e de geração de poupança.

A geração de poupança está associada à baixa produtividade média da estrutura produtiva dos países periféricos, onde os setores mais produtivos são geralmente os voltados para a exportação, enquanto os demais setores apresentam elevada desarticulação. Essa situação foi caracterizada pelos pensadores cepalinos como "heterogeneidade estrutural", que, juntamente com o alto excedente de mão de obra, contribui para a baixa capacidade de geração de poupança.

Quanto à evolução da indústria brasileira e seu processo de desindustrialização iniciado na década de 1980 e fortalecido na década de 1990, Morceiro (2018, p. 40) enfatiza a não absorção, pelo setor industrial, da mão de obra migrante do setor agropecuário para os centros urbanos. Esta mão de obra seria, no entanto, absorvida pelo setor de serviços, caracterizado por maior informalidade e baixos níveis de produtividade.

No contexto da crise brasileira de 2014, o desemprego e a queda geral da atividade econômica são explicados por intermédio de duas visões opostas. Resumidamente, por um lado, há uma perspectiva que aponta a queda da credibilidade dos investidores devido ao excesso de intervencionismo e descuido com os gastos governamentais no primeiro governo de Dilma. Por outro lado, reconhece-se que a guinada "neoliberal" a partir de 2015 agravou problemas causados por uma política econômica focada no fortalecimento da oferta, não assimilada pelos empresários e produtores brasileiros (Marquetti, Hoff e Miebach, 2016; Giambiagi, 2016).

Uma maneira de abordar o alto desemprego durante a crise brasileira de 2014, sob uma perspectiva cepalina, seria considerar a contínua baixa absorção de mão de obra na indústria brasileira, que vem diminuindo desde seu auge na década de 1980 (Morceiro, 2019, p. 15). Paralelamente, observa-se o crescente emprego no setor de serviços, que apresenta menor produtividade média. A perspectiva cepalina sobre o desemprego estrutural considera o aumento da produtividade média da estrutura produtiva como um caminho possível para superar um dos hiatos, o da baixa formação de poupanças na economia. Através da redução da "heterogeneidade estrutural", seria possível aumentar os investimentos na indústria de transformação, que, por sua vez, absorveriam um maior contingente de trabalho produtivo e promoveriam uma dinâmica benéfica para a economia dos países periféricos. Contudo, a dinâmica do desenvolvimento industrial brasileiro criou uma espécie de armadilha da produtividade, na qual a maior parte da mão de obra migrou do setor agropecuário

diretamente para o setor de serviços (Morceiro, 2019, p. 4). Se, por um lado, o setor de serviços oferece maior flexibilidade (e rotatividade) de empregos, formais e informais, por outro, este processo pode levar a uma tendência perversa da produtividade média geral da estrutura produtiva brasileira, à medida que reforça a capacidade de geração de poupança e reinvestimento nos setores mais produtivos.

4.3 O PLANEJAMENTO ESTATAL E A CRISE DE 2014

O papel do Estado, na visão cepalina, é considerado fundamental para o planejamento coordenado do processo de industrialização, essencial ao desenvolvimento econômico dos países periféricos. As políticas implementadas no âmbito da Nova Matriz Econômica, como mencionado por Singer (2015, p. 42-43) no capítulo anterior, possuem um forte componente desenvolvimentista, atribuindo ao Estado a função de promover o crescimento por meio de sua atuação em diversas frentes simultâneas.

Barros, Daroit e Oliveira (2016) apresentam uma perspectiva semelhante ao identificar o alinhamento entre o Plano Mais Brasil e o pensamento cepalino. O estudo analisa cinco dos onze macrodesafios contidos no Plano, inserido no Plano Plurianual do governo central de 2012-2015, relacionando-os com a perspectiva de desenvolvimento de Fernando Fanjzylber, autor cepalino relevante na renovação do pensamento cepalino em meados dos anos 80, conhecido como "neoestruturalismo cepalino". Segundo os autores, as seguintes metas alinham-se com a visão neoestruturalista de Fanjzylber:

1. Projeto Nacional de Desenvolvimento: redução das desigualdades regionais, entre o rural e o urbano, e continuidade da transformação produtiva ambientalmente sustentável, com geração de empregos e distribuição de renda;
2. Erradicação da pobreza extrema: superação da pobreza extrema e redução contínua das desigualdades sociais;
3. Ciência, tecnologia e inovação: consolidação desses elementos como eixos estruturantes do desenvolvimento econômico brasileiro;
4. Conhecimento, educação e cultura: acesso equitativo da população brasileira à educação, ao conhecimento, à cultura e ao esporte, com qualidade e valorização da diversidade;

5. Saúde, previdência e assistência social: promoção do acesso universal, assegurando equidade e qualidade de vida.

Fanjzylber critica o processo espontâneo de industrialização proposto pela CEPAL, centrado na Substituição de Importações, enfatizando a necessidade de considerar fatores sociais, políticos e ambientais como parte da estratégia de desenvolvimento (Barros, Daroit e Oliveira, 2016, p. 36).

Os autores ressaltam também a meta do Plano de crescimento por meio da redução das desigualdades, do consumo de massas com distribuição de renda, da diminuição da vulnerabilidade externa e do aumento do investimento em infraestrutura. O Plano incluiu diretrizes para programas de fortalecimento de setores industriais, como o Programa Brasil Sem Miséria, o Programa Brasil Maior e o Programa Aceleração do Crescimento II.

Com as hipóteses de Singer (2015) sobre o ensaio desenvolvimentista brasileiro da Nova Matriz Econômica e as diretrizes do planejamento governamental de Barros, Daroit e Oliveira (2016), é possível considerar que houve uma tentativa de resgate desenvolvimentista brasileiro no primeiro governo Dilma, após uma abdicação deliberada nos governos de FHC e parte do Lula I.

No entanto, a guinada ortodoxa do Governo Dilma II e os entraves à execução da Nova Matriz Econômica podem ter representado um novo abandono do conceito de planejamento estatal da CEPAL e um retorno à assimetria macroeconômica dos países periféricos, como apontado por Prates (2005, apud Biancarelli, p. 219). A assimetria da inserção internacional brasileira impõe dificuldades na condução da política econômica, especialmente no contexto da "globalização financeira" e do rearranjo das cadeias produtivas globais.

Reconhece-se, seguindo a perspectiva de Celso Furtado (1968, p. 100), que a mudança estrutural requer também uma correspondência político-institucional que viabilize o projeto desenvolvimentista. Desde os anos 1970, o neoliberalismo, como nova institucionalidade e subjetividade, mina o aspecto político das sociedades contemporâneas, reduzindo a esfera da política, especialmente nos países periféricos, conforme Oliveira (2006) demonstra, limitando as escolhas à manutenção das condições necessárias para a liberdade de funcionamento dos mercados.

5 CONCLUSÃO

Neste estudo, objetivou-se verificar como elementos do pensamento cepalino podem contribuir para a compreensão da crise brasileira de 2014. Identificou-se inicialmente o método histórico-estruturalista e os problemas oriundos da relação desigual entre centro e periferia na divisão internacional do trabalho. As distintas estruturas produtivas entre esses países fazem com que a inserção internacional periférica represente um obstáculo à industrialização dos países latino-americanos, limitando suas possibilidades de desenvolvimento.

A tese da deterioração dos termos de troca, proposta por Prebisch em 1948, ilustra a relação prejudicial entre países centrais e periféricos, induzindo um desequilíbrio em seus balanços de pagamento. Entretanto, no Brasil do século XXI, especialmente com a "globalização financeira" e o novo arranjo nas cadeias globais de valor, onde a China se destaca como centro manufatureiro mundial, essa tendência não se confirmou. Ao contrário, nas relações comerciais, o Brasil obteve vantagem nos termos de troca na maior parte do período, questionando a validade da formulação de Prebisch. Isso permitiu ao Brasil um significativo acúmulo de reservas internacionais e a solução, ao menos temporária, do problema da restrição de divisas, um dos "dois hiatos" para o crescimento, segundo a formulação cepalina dos condicionantes estruturais internos do crescimento.

Contudo, esse cenário não foi suficiente para resolver os problemas estruturais do Brasil e, de certa forma, agravou outras restrições ao seu desenvolvimento. A financeirização criou novas formas de vulnerabilidade externa, relacionadas ao ciclo de liquidez global, que vão além do saldo comercial ou das transações correntes do balanço de pagamentos. Os ciclos financeiros globais são influenciados pelas políticas econômicas dos países centrais, afetando até mesmo o mercado de capital interno dos países periféricos. Além disso, os centros decisórios das empresas multinacionais podem não responder ao contexto interno dos países emergentes, seguindo estratégias globais.

A reprimarização da economia brasileira foi outro fator desse novo modelo de inserção internacional, tendendo a desequilibrar o balanço de pagamentos e a acentuar a "heterogeneidade estrutural", ou seja, a fortalecer a concentração produtiva em setores de produção primária, enquanto diminui a participação dos setores mais complexos na produção total. Outro elemento a destacar é a maior

utilização da força de trabalho no setor de serviços, de menor produtividade média, atuando no segundo hiato cepalino que dificulta o desenvolvimento, a formação de poupança.

Finalmente, a capacidade de um projeto de desenvolvimento conduzido pelo Estado torna-se cada vez mais distante. Por um lado, há a crescente dependência da política em relação à lógica dos mercados, intensificada pela maior vulnerabilidade externa e, por outro, o neoliberalismo, como processo de fragmentação da sociedade civil, dificulta a articulação coletiva em torno de um projeto de desenvolvimento.

Para os objetivos desta pesquisa, conclui-se que a crise brasileira de 2014 pode ser entendida pela reavaliação dos aspectos estruturais que circundaram a crise e pelo estabelecimento de hipóteses sobre os problemas da inserção internacional, dos condicionantes estruturais e da capacidade do Estado em conduzir o desenvolvimento. É importante ressaltar, no entanto, dois pontos ao pensar a crise de 2014 pelo arcabouço teórico cepalino. Primeiramente, a distância temporal entre as formulações clássicas do método histórico-estruturalista e a crise, que pode ter significado uma reconfiguração fundamental na relação entre periferia e centro capitalista. Contudo, apesar das alterações na forma de relação centro-periferia, manteve-se a vulnerabilidade externa e a inserção internacional assimétrica em detrimento dos países periféricos. Por último, ao analisar um evento econômico como a crise de 2014 pela ótica cepalina, que tradicionalmente analisou estruturas seculares, enfrenta-se a dificuldade de estabelecer uma relação entre eventos de curto-prazo e aspectos mais estruturais.

6 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. G. de. A Política de Desenvolvimento Produtivo. Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial, 2008. Disponível em: <https://www.iedi.org.br/admin_ori/pdf/20080529_pdp.pdf>. Acesso em: 10 de nov. de 2023.

BARBOSA, N.; SOUZA, J. A. P. de. A inflexão do governo Lula: política econômica, crescimento e distribuição de renda. 2010. Disponível em: <https://nodocuments.files.wordpress.com/2010/03/barbosa-nelson-souza-jose-antonio-pereira-de-a-inflexao-do-governo-lula-politica-economica-crescimento-e-distribuicao-de-renda.pdf>. Acesso em: 18 de set. de 2023.

BARROS, C. R.; DAROIT, D. D.; OLIVEIRA, L. G. Estratégias de Desenvolvimento Nacional para o período 2012-2015: O Plano Mais Brasil sob a perspectiva da abordagem da CEPAL. RP3 - Revista de Pesquisa em Políticas Públicas, n. 08, 8 nov. 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rp3/article/view/14594>. Acesso em: 20 de nov. de 2023.

BASTOS, C. P.; BRITTO, G. Economia do Subdesenvolvimento Introdução. In: SINGH, S. P.; AGARWALA, A. N. (Eds.). Economia do Subdesenvolvimento. [s.l.: s.n.]. p. 1–38. Disponível em: <https://portalantigo.ipea.gov.br/cursodimacccf/PDFs/economia_sub.pdf>. Acesso em: 20 de ago. de 2023.

BIANCARELLI, A. M. A velha senhora, em roupas novas: vulnerabilidade externa no Brasil atual. In: CHILIATTO-LEITE, M. V. (Ed.). Alternativas para o desenvolvimento brasileiro: novos horizontes para a mudança estrutural com igualdade. Santiago: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), 2019. p. 217–238. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/00b3e7ea-5125-4356-8e9f-e6657cf6dd04/content>. Acesso em: 05 de nov. de 2023.

BIANCARELLI, A. M.; ROSA, R.; VERGNHANINI, R. O setor externo no governo Dilma e seu papel na crise. Texto para Discussão, n. 296, 1 maio 2017. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3525/TD296.pdf>. Acesso em: 08 de nov. de 2023.

BIELSCHOWSKY. A. R. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL: uma resenha. In: BIELSCHOWSKY, R. A. (Org.) Cinquenta anos de pensamento na CEPAL. Rio de Janeiro: Record, 2000. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/publicaciones/1607-cinquenta-anos-pensamento-cepal>. Acesso em: 12 de nov. de 2023.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; GALA, P. Macroeconomia estruturalista do desenvolvimento. Revista de Economia Política, v. 30, n. 4, p. 663–686, dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/4wVHrfGSmL57QzSJZs5DZtb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 08 de nov. de 2023.

CHILIATTO-LEITE, M. V. Novos horizontes para o desenvolvimento com igualdade no Brasil: desafios em um mundo em transformação. In: CHILIATTO-LEITE, M. V. (Ed.). Alternativas para o desenvolvimento brasileiro: novos horizontes para a mudança estrutural com igualdade. Santiago: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), 2019. p. 11–32. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/00b3e7ea-5125-4356-8e9f-e6657cf6dd04/content>. Acesso em: 08 de nov. de 2023.

COLISTETE, R. P. O desenvolvimento cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil. Estudos Avançados, n. 41, p. 21–34, 1 abr. 2001. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9777/11349>. Acesso em: 15 de set. de 2023.

CONTI, B. M. D.; PRATES, D. M.; PLIHON, D. A hierarquia monetária e suas implicações para as taxas de câmbio e de juros e a política econômica dos países periféricos. Economia e Sociedade, v. 23, n. 2, p. 341–372, maio 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/rqvQHqVZSRjTWWpQtXpwS5R/>. Acesso em: 30 de out. de 2023.

FURTADO, Celso. Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina. 3. ed. Rio de Janeiro (RJ): Civilização Brasileira, 1968. 127 p. (Nossa América).

GIAMBIAGI, F. Fim de ciclo: o governo Dilma. In: Economia brasileira contemporânea : 1945-2015. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016. p. 239–275.

MARQUETTI, A. A.; HOFF, C.; MIEBACH, A. D. Lucratividade e distribuição: a origem econômica da crise política brasileira. 2016. Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/20835/2/Lucratividade_e_distribuio_a_origem_econmica_da_crise_poltica_no_Brasil.pdf>. Acesso em: 15 de set. de 2023.

MATTOS, C. Análise do Plano Brasil Maior. Brasília: Câmara dos Deputados, 1 maio 2013. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/16159/analise_plano_mattos.pdf?sequence=2>. Acesso em: 10 de nov. de 2023.

MELLO, G.; ROSSI, P. Do industrialismo à austeridade: a política macro dos governos Dilma. Texto para Discussão, n. 309, p. 36, 1 jun. 2017. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=3538&tp=a>. Acesso em: 05 de nov. de 2023.

MORCEIRO, P. C. A indústria brasileira no limiar do século XXI: uma análise da sua evolução estrutural, comercial e tecnológica. Universidade de São Paulo, 2018. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12140/tde-07122018-115824/pt-br.php>. Acesso em: 06 de nov. de 2023.

MORCEIRO, P. C. Industrialização e desindustrialização brasileira pela ótica do emprego. 466–475, 2019. Disponível em: <https://pdf.blucher.com.br/engineeringproceedings/enei2019/2.3-040.pdf>. Acesso em: 06 de nov. de 2023.

OLIVEIRA, Francisco de. Crítica à razão dualista; O ornitorrinco. São Paulo (SP): Boitempo, 2008. 150 p.

PAULANI, L. Brasil Delivery: a política econômica do Governo Lula. Revista de Economia Política, v. 23, n. 4, p. 58–73, 1 out. 2023. Disponível em: <https://www.rep.org.br/PDF/92-4.pdf>. Acesso em: 13 de set. de 2023.

PORTELA, P. de A. Desafios da cooperação Sul-Sul: o processo de desindustrialização precoce do Brasil, a China como catalisador? Tese de mestrado. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/22732?locale=pt_BR>. Acesso em: 30 de out. de 2023.

PRADO, A. O desenvolvimento na América Latina depois da crise financeira de 2008. Revista Tempo do Mundo, v. 3, n. 3, p. 9–27, 2011. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rtm/article/view/89>. Acesso em: 06 de out. de 2023.

PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: BIELSCHOWSKY, R. A. (Org.) Cinquenta anos de pensamento na CEPAL. Rio de Janeiro: Record, 2000. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/publicacoes/1607-cinquenta-anos-pensamento-cepal>. Acesso em: 12 de nov. de 2023.

SINGER, A. Cutucando onças com varas curtas. Novos Estudos, n. 102, p. 39–67, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/sWvZ7c6KRLYHT5jrh6FZSfG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 de ago. de 2023.